

TRACTEBEL ENERGIA S.A.
CNPJ Nº 02.474.103/0001-19 | NIRE Nº 42 3 0002438-4
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais ou outras moedas, exceto quando indicado de forma diferente)

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Tractebel Energia S.A. (“Companhia”, “Tractebel Energia” ou “TBLE”) é uma concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, e sociedade anônima de capital aberto, com sede no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, Brasil. A área de atuação e principal atividade operacional da Companhia e de suas controladas é a geração e a comercialização de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

As ações da Companhia, sob o código TBLE3, estão listadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA. Ademais, a Tractebel Energia negocia *American Depositary Receipts* (ADR) Nível I no mercado de balcão norte-americano, sob o código TBLEY, pela relação de um ADR para cada ação ordinária.

O controle acionário da Companhia é detido pela GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda. (“GSELA”), empresa constituída no Brasil, controlada pela International Power S.A., cuja sede está na Bélgica. Essa, por sua vez, é controlada pela International Power PLC, empresa sediada no Reino Unido, a qual integra o grupo econômico GDF SUEZ, sediado na França.

A Tractebel Energia é a maior empresa privada de geração de energia elétrica do Brasil, responsável por aproximadamente 5,7%² da capacidade instalada do país. A capacidade instalada da Companhia, em 31.12.2014, incluindo as participações em consórcios de geração de energia, é de 7.027,2 MW. Desse total, 79,1% são oriundas de fontes hidrelétricas, 15,9% de termelétricas e 5,0% de energias complementares (Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCH, fontes eólicas, geração à biomassa e solar). A energia assegurada para fins de comercialização, em 31.12.2014, é de 3.869,9 MW médios.

O parque gerador em operação da Companhia é composto por vinte e sete usinas, das quais nove hidrelétricas, oito termelétricas, sendo três a carvão, três à biomassa, uma a gás natural e uma a vapor, três PCH, seis parques eólicos e uma solar fotovoltaica.

Os principais eventos societários e operacionais ocorridos no ano de 2014 estão sumarizados a seguir:

a) Entrada em operação comercial dos parques eólicos Fleixeiras e Mundaú

Em janeiro e abril de 2014, a Aneel autorizou o início da operação comercial do parque eólico Fleixeiras e Mundaú, localizados no município de Trairi, no Estado do Ceará, cuja capacidade instalada de ambos é de 30,0 MW e a capacidade comercial de 16,6 MW médios e 15,2 MW médios, respectivamente.

² As informações não financeiras contidas nessas demonstrações contábeis como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são revisadas pelos auditores independentes.

b) Aquisição da totalidade do capital social da Ferrari Termoeletrica S.A.

Em fevereiro de 2014, após o cumprimento de todas as condições precedentes estabelecidas no Contrato de Compra e Venda, assinado em dezembro de 2013, a Companhia concluiu a aquisição das ações de emissão da Ferrari Termoeletrica S.A. Vide informações adicionais sobre a transação na Nota 12 – Investimentos.

c) Início das obras de construção do Complexo Eólico Santa Mônica

Em abril de 2014, o Conselho de Administração da Companhia autorizou o início da obra de construção do Complexo Eólico Santa Mônica. O Complexo Santa Mônica, localizado no município de Trairi, é composto de 4 parques eólicos, totalizando 97,2 MW de capacidade instalada e capacidade comercial de 48,7 MW médios. A estimativa de investimento é de R\$ 460.000 e a entrada em operação da totalidade do projeto está prevista para 2016.

d) Conclusão da aquisição da CLWP II e CLWP III

Em junho de 2014, a Companhia concluiu o processo de aquisição das empresas CLWP Brasil II Participações Ltda. (CLWP II) e CLWP Brasil III Participações Ltda. (CLWP III), pelos montantes de R\$ 22.042 e R\$ 39.939, respectivamente. Maiores detalhes estão descritos na Nota 12 – Investimentos.

e) Entrada em operação comercial da Usina Solar Fotovoltaica Cidade Azul

Em agosto de 2014, foi iniciada a operação comercial da Usina Solar Fotovoltaica Cidade Azul, que está localizada no município de Tubarão, no Estado de Santa Catarina. A usina é composta por 19.424 painéis fotovoltaicos e tem capacidade instalada total de 3 MWp (pico de incidência solar).

f) Aquisição dos direitos de desenvolvimento do Complexo Eólico Santo Agostinho

Em agosto de 2014, a Companhia adquiriu os direitos de desenvolvimento do Complexo Eólico Santo Agostinho, o qual é composto por 24 sociedades de propósito específico (SPE), totalizando um potencial de capacidade instalada de 600 MW, todos localizados nos municípios de Lajes e Pedro Avelino, no Estado do Rio Grande do Norte.

Em dezembro de 2014, a Companhia concretizou a aquisição do capital social de uma *holding* e nove SPEs, com capacidade instalada de 225 MW, que constitui a primeira fase do projeto, por R\$ 21.051. Maiores informações vide Nota 12 – Investimentos.

g) Comercialização de energia em leilão promovido pela Aneel

Em leilão de energia elétrica, promovido pela Aneel em novembro de 2014, a Companhia comercializou o total de 386,9 MW médios de energia de três plantas: a termelétrica a carvão Pampa Sul (294,5 MW médios), o Complexo Eólico Campo Largo (82,6 MW médios) e a termelétrica a biomassa Ferrari (9,8 MW médios). O início do fornecimento está previsto para janeiro de 2019.

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, ajustado para refletir o valor justo de determinados instrumentos financeiros, quando aplicável.

A Companhia está apresentando um conjunto único contendo as seguintes demonstrações contábeis:

a.1) Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas, identificadas como “Consolidado”, estão apresentadas, simultaneamente, de acordo com as normas internacionais de contabilidade - *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas brasileiras incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugadas com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e, quando aplicável, as regulamentações do órgão regulador do setor elétrico brasileiro, a Aneel.

a.2) Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais da Tractebel Energia, identificadas como “Controladora”, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais estão integralmente consistentes com as normas IFRS.

Em agosto de 2014, o IASB emitiu uma revisão do IAS 27 permitindo que as entidades adotem também o método de equivalência patrimonial na avaliação dos seus investimentos. A adoção antecipada desse procedimento eliminou a única inconsistência entre as práticas contábeis brasileiras e internacionais até então existentes, não sendo necessário qualquer ajuste retrospectivo nas demonstrações contábeis reportadas.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional utilizada pela Companhia. As transações denominadas em moedas estrangeiras foram convertidas para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento das demonstrações contábeis.

c) Segmento de negócios

A Companhia administra os seus negócios como um único segmento operacional, composto pelas atividades de geração e comercialização da energia elétrica gerada pelos seus ativos ou comparada por meio de contratos de médio e longo prazo. Tal segmento concentrou 99,3% das receitas líquidas de vendas consolidadas auferidas em 2014 e 2013.

d) Demonstrações dos resultados de operações descontinuadas

Nos exercícios apresentados, a Companhia não teve descontinuidade em suas operações que demandassem a divulgação de resultado de operações descontinuadas.

e) Lucro líquido por ação – básico e diluído

Não há diferença entre o lucro líquido por ação – básico e diluído – em virtude de não ter ocorrido emissão de ações com efeitos diluidores nos exercícios apresentados.

f) Demonstrações dos Valores Adicionados

Este demonstrativo não forma parte das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), sendo apresentado em atendimento às exigências do CPC e em consonância com o previsto na norma.

g) Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Para apurar essas estimativas, a administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, ao seguinte: (i) vida útil do ativo imobilizado, cuja referência é a estabelecida pela Aneel; (ii) provisões para cobrir riscos cíveis, fiscais e trabalhistas; (iii) definição das taxas de desconto utilizadas para cálculo do valor presente de ativos e passivos; (iv) premissas usadas para definição das taxas de descontos e da tábua de mortalidade para os cálculos das obrigações com benefícios de aposentadoria; (v) cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros; e (vi) apuração do valor recuperável de ativos (*impairment*).

h) Aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas na reunião do Conselho de Administração realizada em 30.03.2015.

i) Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014

A lei 12.973/14 altera a legislação tributária relativa aos impostos e contribuições sociais federais; revoga o Regime Transitório de Transição (RTT); e dá outras providências. Os dispositivos da referida lei entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário de 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada a partir do ano-calendário de 2014. A Administração, baseada em análises sobre os efeitos decorrentes da aplicação da referida lei, concluiu que não haverá encargos tributários adicionais em relação à legislação anterior e optou pela aplicação antecipada de seus dispositivos no exercício de 2014.

j) Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam as informações da Tractebel Energia, de suas controladas e de uma operação em conjunto, todas sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Tractebel Energia. As empresas consolidadas com a Tractebel Energia são as que seguem:

		Participação no capital (%)	
	Investidora	31.12.2014	31.12.2013
Controladas integrais diretas			
Tractebel Energia Comercializadora Ltda. (TBLC)	TBLE	99,99	99,99
Companhia Energética Estreito (CEE)	TBLE	99,99	99,99
Lages Bioenergética Ltda. (Lages)	TBLE	99,99	99,99
Tractebel Energias Complementares Participações Ltda. (TBLP) ³	TBLE	99,99	99,99
Usina Termelétrica Pampa Sul S.A. (Pampa Sul)	TBLE	99,99	99,99
Épsilon Participações Ltda.	TBLE	99,99	99,99
Operação em conjunto			
Itá Energética S.A. (Itasa)	TBLE	48,75	48,75
Controladas indiretas			
Tupan Energia Elétrica Ltda. (Tupan)	TBLP	99,99	99,99
Hidropower Energia S.A. (Hidropower)	TBLP	99,99	99,99
Hidrelétrica Areia Branca S.A. (Areia Branca)	TBLP	99,99	99,99
Ibitiúva Bioenergética S.A. (Ibitiúva)	TBLP	95,00	95,00
Ferrari Termoelétrica S.A. (Ferrari)	TBLP	99,99	-
Eólica Beberibe S.A. (Beberibe)	TBLP	99,99	99,99
Eólica Pedra do Sal S.A. (Pedra do Sal)	TBLP	99,99	99,99
Energias Eólicas do Nordeste S.A. (EEN) ³	TBLP	99,99	99,99
Central Eólica Trairí S.A. (Trairí)	EEN	99,99	99,99
Central Eólica Guajiru S.A. (Guajiru)	EEN	99,99	99,99
Central Eólica Fleixeiras I S.A. (Fleixeiras I)	EEN	99,99	99,99
Central Eólica Mundaú S.A. (Mundaú)	EEN	99,99	99,99
Central Eólica Trairí II Ltda. (Trairí II)	EEC	99,99	99,99
Energias Eólicas do Ceará S.A. (EEC) ³	TBLP	99,99	99,99
Central Eólica Cacimbas Ltda. (Cacimbas)	EEC	99,99	99,99
Usina Geradora Eólica Santa Mônica SPE S.A. (Santa Mônica)	EEC	99,99	99,99
Usina Geradora Eólica Santa Mônica SPE II Ltda. (Santa Mônica II)	EEC	99,99	99,99
CLWP Brasil I Ltda. (CLWP) ³ e controladas	TBLP	99,99	99,99
CLWP Brasil II Ltda. (CLWP II) ³ e controladas	TBLP	99,99	-
CLWP Brasil III Ltda. (CLWP III) ³ e controladas	TBLP	99,99	-
Santo Agostinho Participações Ltda. ³ e controladas	TBLP	99,99	-
Fundos de investimentos			
Fundo de investimento Energy Renda Fixa ⁴	-	100	100

A Companhia concentra suas aplicações financeiras em um fundo de investimento exclusivo, o Fundo de Investimento Energy Renda Fixa, o qual está integralmente consolidado em suas demonstrações contábeis.

Os ativos, passivos, receitas e despesas da operação em conjunto Itasa são reconhecidos nas demonstrações contábeis consolidadas proporcionalmente à participação da Companhia.

³ Holding

⁴ Fundo de investimento de renda fixa no qual participam a Tractebel Energia e suas controladas, administrado pela Votorantim Asset Management D.T.V.N. Ltda.

A consolidação das contas patrimoniais e de resultado ocorre pela soma dos saldos dos ativos, passivos, receitas e despesas, de acordo com as suas naturezas, ajustados pelas eliminações das transações realizadas entre as empresas consolidadas.

A controlada Ibitiúva Bioenergética está consolidada integralmente. A participação minoritária de 5% no capital social da mesma está apresentada de forma segregada no balanço patrimonial e na demonstração de resultado consolidados, com a denominação “Participação de acionista não controlador” e “Lucro atribuído ao acionista não controlador”, respectivamente.

3 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia foram aplicadas de forma consistente entre os exercícios sociais apresentados, nas demonstrações contábeis da controladora e no consolidado.

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e são compostos pelo caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor de mercado.

As aplicações financeiras são classificadas como equivalentes de caixa, em função da intenção de resgate no curto prazo, estando registradas pelo custo de aquisição e mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber

São registradas inicialmente pelo valor da venda ou cobrança e posteriormente pelo custo amortizado, deduzidas das provisões para crédito de liquidação duvidosa. Essas provisões são reconhecidas quando há expectativa de perda no valor recuperável e constituídas em montantes considerados suficientes para cobrir os prováveis riscos de perda.

a.3) Depósitos vinculados

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, são mensurados ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações do valor justo são reconhecidas no resultado quando auferidas.

a.4) Empréstimos, financiamentos e debêntures

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

a.5) Concessões a pagar

São registradas inicialmente pelo valor presente das parcelas a pagar ao longo do prazo da concessão e, subsequentemente, pelo custo amortizado com base na taxa de juros utilizada para o cálculo do valor presente das obrigações contratadas.

Buscando refletir adequadamente no patrimônio a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação, os valores correspondentes às concessões são registrados no ativo imobilizado em contrapartida do passivo. Durante a construção das usinas os juros e as variações monetárias são capitalizados no ativo imobilizado e, após a data da entrada em operação comercial, reconhecidos diretamente no resultado.

b) Instrumentos financeiros derivativos

São mensurados inicialmente e subsequentemente a valor justo. Os ganhos ou perdas resultantes das variações no seu valor justo são reconhecidos no resultado financeiro, exceto quando o derivativo é qualificado e designado para a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*).

Os instrumentos financeiros derivativos mantidos pela Companhia correspondem a operações contratadas para proteção de suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros de dívidas e compromissos futuros, os quais são reconhecidos de acordo com as normas estabelecidas para a contabilidade de *hedge*.

c) Contabilidade de *hedge*

No início da operação de *hedge*, a Companhia elabora documentação formal com a descrição dos objetivos e estratégias da gestão do risco coberto e da relação entre a transação objeto do *hedge* e o instrumento de *hedge* utilizado para a proteção esperada.

As operações de *hedge* da Companhia que se qualificam para a contabilidade de *hedge* são as seguintes:

c.1) Hedge de valor justo

Os *hedges* para a proteção das variações cambiais dos empréstimos em moeda estrangeira da Companhia são designados como “Hedge de valor justo”. Nestas transações, os ganhos ou perdas resultantes da mensuração ao valor justo dos empréstimos e das operações de *hedge* são reconhecidos no resultado financeiro.

c.2) Hedge de fluxos de caixa

Os *hedges* para a proteção de exposição à moeda estrangeira de compromissos financeiros altamente prováveis de aquisição de bens e serviços para o ativo imobilizado são designados como “Hedge de fluxo de caixa”. Nestas operações, para a parcela altamente eficaz do *hedge*, os ganhos e perdas decorrentes das variações do valor justo do instrumento são reconhecidos no patrimônio líquido, na rubrica “Outros resultados abrangentes”, e transferidos para o ativo imobilizado quando o compromisso financeiro protegido for efetivamente realizado. A parcela não efetiva do *hedge* é registrada no resultado do período.

d) Estoques

São avaliados pelo menor valor entre o custo médio ponderado de aquisição e o seu valor de realização.

e) Depósitos judiciais

São registrados inicialmente pelo montante depositado e acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis, os quais são reconhecidos no resultado financeiro.

f) Ativo não circulante mantido para venda

São classificados como mantidos para venda quando o seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de venda e não através do seu uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando o ativo estiver disponível para venda imediata em sua condição atual e sua venda for considerada altamente provável. Estes ativos são mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda e apresentados de forma segregada no balanço patrimonial.

g) Investimentos

A Companhia detém investimentos em empresas controladas e uma operação em conjunto em entidade com personalidade jurídica própria.

g.1) Investimentos em empresas controladas direta ou indiretamente

Os investimentos permanentes em controladas são aqueles em que a Companhia está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade, e tem a capacidade de interferir nesses retornos por meio do poder que exerce sobre a entidade.

Esses investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora, e consolidados integralmente na Tractebel Energia para fins de apresentação das demonstrações contábeis consolidadas.

g.2) Investimentos em negócios em conjunto

Os negócios em conjunto são aqueles nos quais a Companhia e um ou mais investidores mantêm o controle compartilhado das atividades operacionais e financeiras da entidade. Podem ser classificados como operações em conjunto ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*), dependendo dos direitos e obrigações contratuais dos investidores.

Os ativos, passivos, receitas e despesas dos consórcios (entidades sem personalidade jurídica) sobre os quais a Companhia participa são reconhecidos diretamente nas demonstrações contábeis da consorciada, com base nas respectivas participações nos consórcios. A participação na operação em conjunto na Itasa (entidade com personalidade jurídica) é reconhecida pelo método de equivalência patrimonial na controladora. No consolidado, os ativos, passivos, receitas e despesas da citada operação em conjunto são reconhecidos de forma proporcional à participação no negócio.

g.3) Combinação de negócios e “Ágio” (Direito de concessão)

A combinação de negócios é o método utilizado para o reconhecimento das aquisições de controle nos balanços consolidados. O referido método requer que os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos sejam mensurados pelo seu valor justo.

Na controladora, a diferença entre o valor pago e o valor de livros do patrimônio líquido da sociedade adquirida é reconhecida no investimento como “ágio”, cujo fundamento econômico está relacionado aos direitos pelo uso do bem público das empresas adquiridas.

h) Imobilizado

h.1) Mensuração

Os ativos que compõem o imobilizado estão registrados ao custo de aquisição ou construção. Os juros e demais encargos financeiros dos empréstimos e financiamentos relacionados com as imobilizações em curso, são computados como custo do respectivo imobilizado. Os bens ou conjunto de bens que apresentavam valores contábeis substancialmente diferentes dos seus valores justos na data da adoção das novas práticas contábeis no Brasil, em 01.01.2009, passaram a ter o seu valor justo como custo atribuído ao ativo.

Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos das depreciações acumuladas e das provisões para redução ao valor recuperável do ativo (*impairment*), quando aplicável.

Os componentes de determinados ativos que são substituídos periodicamente ao longo da vida útil econômica do ativo são reconhecidos como ativos separados e depreciados pelo período previsto para a sua substituição. Os custos com pequenas manutenções periódicas e rotineiras são reconhecidos no resultado quando incorridos.

No consolidado, a Companhia optou por reconhecer os valores justos dos intangíveis decorrentes dos direitos de concessão ou autorização pelo uso do bem público, adquiridos em uma combinação de negócios, como um único ativo no grupo do ativo imobilizado. Esta opção foi adotada devido à impossibilidade desses intangíveis e bens do imobilizado serem vendidos ou transferidos separadamente e à equivalência entre os períodos dos referidos direitos e das vidas úteis dos ativos.

h.2) Depreciação

A depreciação dos ativos em plena operação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam a vida útil estimada dos bens. Os investimentos iniciais nos ativos de geração são depreciados com base nas vidas úteis definidas pela Aneel, limitadas ao prazo da concessão ou autorização das usinas. As taxas médias anuais de depreciação dos ativos da Companhia, considerando a mencionada limitação da vida útil, estão demonstradas na Nota 13 – Imobilizado.

O método de depreciação adotado durante a fase de implantação das usinas, cujas operações comerciais das unidades geradoras são iniciadas ao longo de muitos meses, é o das “unidades produzidas”. Por esse método, os custos com os reservatórios, barragens, casa de força e maquinários incorridos até o início da operação comercial de cada unidade geradora, são depreciados de forma proporcional à energia assegurada que cada unidade geradora agrega à capacidade comercial da Companhia. Após a entrada em operação da última unidade, o total do custo do ativo em operação passa a ser depreciado pelo método linear, com base nas vidas úteis estabelecidas pela Aneel, limitadas ao prazo de concessão. A Administração da Companhia entende que esse método é o que melhor reflete a relação entre a despesa de depreciação e a geração de receita decorrente da operação dos ativos.

i) Intangível

São registrados ao custo de aquisição ou pelo valor justo dos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócio, reduzidos da amortização acumulada apurada pelo método linear. Estes intangíveis possuem vidas úteis definidas com base nos contratos comerciais ou de concessão e autorização.

j) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado e intangível - *Impairment*

A Companhia avalia periodicamente os bens do ativo imobilizado e do ativo intangível com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa ou intangíveis, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o seu valor em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para a realização da venda. O valor em uso corresponde aos fluxos de caixa descontados, antes dos impostos, gerados pela utilização do ativo durante a sua vida útil.

k) Provisões

São reconhecidas quando existe uma obrigação presente resultante de evento passado, na qual seja provável uma saída de recursos para a sua liquidação e que essa obrigação possa ser razoavelmente estimada. A atualização da provisão ao longo do tempo é reconhecida na despesa financeira.

Os passivos contingentes significativos avaliados como de risco de perda possível e remota não são provisionados, mas sim divulgados em nota explicativa, quando necessário.

l) Obrigações com benefícios de aposentadoria

São reconhecidas pelo valor presente dos compromissos estimados decorrentes dos planos de pensão com benefício de aposentadoria definido, líquido do montante dos ativos garantidores do plano.

O valor presente dos compromissos é apurado com base em avaliação atuarial elaborada anualmente por atuários independentes, com base no Método da Unidade de Crédito Projetada. Esse método considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumulados para o cômputo da obrigação estimada final.

Os efeitos das remensurações anuais das obrigações com benefícios de aposentadoria, líquidos dos ativos dos planos, são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica "Outros resultados abrangentes".

m) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados individualmente por entidade do grupo de acordo com as bases tributárias e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis.

A subvenção governamental relativa ao benefício fiscal da redução de imposto de renda, para empreendimentos construídos em região incentivada, é reconhecida como redutora da despesa de imposto de renda e transferida da rubrica “Lucros acumulados” para “Reserva de incentivos fiscais”, no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas para os exercícios sociais em que se espera realizar ou exigir as diferenças temporárias - diferenças entre o valor contábil dos ativos e passivos e sua base fiscal -, ou compensar os prejuízos fiscais e as bases negativas de contribuição social, quando aplicável. Estes tributos diferidos são integralmente apresentados no grupo “não circulante”, independente da expectativa de realização e exigibilidade dos valores que lhes dão origem.

Os impostos e contribuições sociais correntes e diferidos são apresentados no ativo ou passivo, de forma líquida, quando os tributos correspondem às mesmas entidades tributárias e há a intenção de quitação pelo valor líquido.

n) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, reduzido de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridas.

o) Instrumento de patrimônio

Os instrumentos de patrimônio emitidos pela Companhia são reconhecidos no patrimônio líquido quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de sua emissão, quando aplicável.

p) Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) dividendos intercalares - quando de sua aprovação pelo Conselho de Administração; (ii) juros sobre o capital próprio - na data do crédito aos acionistas; e (iii) dividendos adicionais propostos no encerramento do exercício - quando de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica contra o patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito.

A Companhia adota como prática contábil a divulgação dos dividendos recebidos de controladas na atividade de investimento na Demonstração do Fluxo de Caixa.

q) Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente com base em taxas de juros de mercado na data da transação.

r) Transações entre partes relacionadas

As transações de compra e venda de energia, de prestação de serviços e de mútuo são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados. As mesmas são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

s) Reconhecimento da receita de venda de energia e serviços

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos e dos eventuais descontos e contribuições incidentes sobre a mesma. A receita de venda de energia e serviços é reconhecida quando: (i) é provável que os benefícios econômicos associados às transações fluam para a Companhia; (ii) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; (iii) os riscos e os benefícios relacionados à venda foram transferidos para o comprador; (iv) os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade; e (v) a Companhia não detém mais o controle e a responsabilidade sobre a energia vendida.

t) Contratos de arrendamento (*leasing*)

Os arrendamentos da Companhia são avaliados como operacionais, sendo os valores contratados reconhecidos no resultado durante a vigência do contrato.

u) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

As práticas contábeis críticas são aquelas importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados e requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da administração, frequentemente como resultado da necessidade de se fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos.

Na preparação das demonstrações contábeis, a Companhia adotou determinadas premissas decorrentes de experiência histórica e outros fatores que considera como razoáveis e relevantes. Ainda que essas estimativas e premissas sejam revistas pela Companhia no curso ordinário dos negócios, a demonstração da sua condição financeira e dos resultados das operações frequentemente requer o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos.

Os resultados reais podem ser distintos dos estimados em função de variáveis, premissas ou condições diferentes. De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, incluímos comentários referentes a cada prática contábil crítica descrita a seguir:

u.1) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos ao valor justo nas demonstrações contábeis. A definição do valor justo dos derivativos da Companhia exige o uso de metodologias de valoração que podem ser complexas e envolve o uso de estimativas de câmbio futuro e taxas de juros de longo prazo.

u.2) Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam as vidas úteis estimadas dos bens - limitadas ao prazo da concessão ou autorização das suas usinas, quando aplicável. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica dos ativos de cada unidade geradora. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação do custo dos ativos imobilizados, quando os mesmos são necessários.

u.3) Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar a recuperação dos ativos de vida longa, especialmente, os ativos imobilizados. No encerramento do exercício, a Companhia realiza uma análise para determinar se há evidência de que o montante dos ativos de vida longa pode não ser recuperável. Se tal evidência é identificada, a Companhia procede ao teste de avaliação de recuperação dos ativos.

O processo de revisão da recuperação de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises. Em 31.12.2014, a Companhia, baseada em suas análises, não identificou necessidade de constituir qualquer nova provisão para a recuperação dos ativos de longa duração.

u.4) Obrigações com benefícios de aposentadoria

A Companhia reconhece suas obrigações com planos de benefícios a empregados e os custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas: (i) os compromissos futuros decorrentes dos planos de benefício de pensão são descontados ao valor presente com base nas taxas de juros de títulos do Governo Federal com duração média (*duration*) similar à esperada para pagamento dos compromissos futuros projetados; e (ii) os ativos do plano de pensão são avaliados pelos seus valores de mercado na data do balanço patrimonial.

Nos cálculos atuariais, os consultores atuariais também utilizam fatores subjetivos, como tábuas de mortalidade, estimativa de inflação, e previsão de crescimento salarial, de desligamento, e de rotatividade.

As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes. Entretanto, a Companhia e seus atuários utilizaram premissas consistentes com as análises internas e externas realizadas para a definição das estimativas utilizadas.

u.5) Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

É definida com base em avaliação e qualificação dos riscos cuja probabilidade de perda é considerada provável. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

v) Revisão de normas e interpretações em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014

IAS 32/CPC 39 – Instrumentos financeiros (Divulgações): traz orientações adicionais para as compensações entre ativos e passivos financeiros nas demonstrações contábeis.

IAS 36/CPC 01 – *Impairment* de ativos: altera os requerimentos de divulgação da mensuração do valor recuperável do ativo pelo seu valor justo.

IAS 39/CPC 38 – Instrumentos financeiros (Reconhecimento e mensuração): adiciona orientações que evitam a descontinuidade da contabilidade de *hedge* na renovação da operação, quanto se atinge determinados critérios.

IFRS 10/CPC 36 (R3), IFRS 12/CPC 45 e IAS 27/CPC 35 (R2) – Entidades de investimentos: as alterações da IFRS 10 / CPC 36 definem uma entidade de investimento e exigem que a entidade que reporta e se enquadra nessa definição não consolide suas controladas, mas mensure as participações nas mesmas pelo valor justo por meio do resultado. Como consequência do mencionado, foram efetuadas alterações no IFRS 12 / CPC 45 e IAS 27 / CPC 35 (R2) para introduzir os novos requerimentos para as entidades de investimentos.

IFRIC 21 / ICPC 29 – Tributo do governo: orienta quando deve ser reconhecido um passivo relacionado a taxas ou impostos determinados pelo governo.

As revisões de normas e interpretações acima mencionadas não resultaram em impactos significativos nas demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31.12.2014.

w) Normas, alterações e interpretações que ainda não estão em vigor

w.1) Vigentes a partir de 1º de janeiro de 2015

IAS 19/CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados: esclarece os requisitos relacionados à contabilização das contribuições de empregados ou terceiros para planos de benefícios definidos, dependendo do tempo dos serviços prestados. A Companhia não espera efeitos significativos em decorrência da adoção desta norma.

w.2) Vigentes a partir de 1º de janeiro de 2016

IAS 1/CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis: esclarece potenciais impedimentos identificados no exercício de julgamento na preparação das demonstrações contábeis. Tal alteração esclarece que o conceito de materialidade deve ser considerado tanto para fins das informações a serem divulgadas, sejam elas requeridas ou não, quanto na ordenação das notas explicativas e no uso de critérios de agregação.

IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1): traz esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização, restringindo os métodos baseados em receita.

IAS 27 – Demonstrações financeiras separadas: permite a opção de contabilização de investimentos em subsidiárias, *joint ventures* e associadas pelo método de equivalência patrimonial. A Companhia já vinha adotando este método por exigência da legislação societária brasileira.

IFRS 10/CPC 36 (R3), IFRS 12/CPC 45 e IAS 28/CPC 18 (R2) – Demonstrações consolidadas e Investimentos em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto: (i) trata de questões específicas no contexto da aplicação da exceção de consolidação para entidades de investimentos; e (ii) esclarece o tratamento da venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua associada ou *joint venture*, cujas exigências são aplicáveis independentemente da forma jurídica da operação.

IFRS 11/CPC 19 (R2) – Acordo contratual conjunto: requer que o adquirente de uma participação em operação conjunta que constitui um negócio, conforme definido no IFRS 3 – Combinação de negócios, aplique os princípios desse IFRS, e de outros pronunciamentos, exceto aqueles que conflitam com o IFRS 11.

A Companhia não espera impactos significativos em suas demonstrações contábeis quando da aplicação dessas normas.

w.3) Vigentes a partir de 1º de janeiro de 2017

IFRS 15 – Receita de contratos com clientes: estabelece princípios para o registro da receita provenientes de contratos com clientes e sua divulgação. Substituirá os pronunciamentos vigentes de reconhecimento de receita. A Companhia está avaliando os eventuais efeitos da aplicação da norma e não espera alterações significativas em relação à prática atualmente adotada.

w.4) Vigentes a partir de 1º de janeiro de 2018

IFRS 9 – Instrumentos financeiros: introduz novas exigências para a classificação, mensuração, *impairment*, contabilidade de *hedge* e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A Companhia está avaliando possíveis impactos da adoção do pronunciamento e não espera efeitos significativos em seus registros contábeis e suas divulgações.

x) Sistema EmpresasNet (ENET)

Cabe mencionar que no quadro “Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido” do Sistema “EmpresasNet - ENET” da CVM, o ajuste de avaliação patrimonial, apesar de não corresponder a “Outros Resultados Abrangentes”, está apresentado na coluna com esta indicação, em virtude de não haver opção mais apropriada para a apresentação da referida transação no demonstrativo padrão da CVM. Ademais, conforme orientação do Ofício Circular SEP nº 02/2015, não estão sendo apresentados nos quadros do Sistema “EmpresasNet – ENET”, as informações referentes ao antepenúltimo exercício, a fim de que estas coincidam com as informações apresentadas nas Demonstrações Contábeis da Companhia.

4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Caixa e depósitos bancários à vista	1.682	940	14.010	7.445
Aplicações financeiras:				
Fundo de Investimento Exclusivo - Citibank				
Operações compromissadas				
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	245.065	79.471	300.050	99.978
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	1.040.717	869.059	1.274.218	1.093.309
	1.285.782	948.530	1.574.268	1.193.287
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	-	1.137	1.256
Operações lastreadas em debêntures	-	-	15.316	22.288
	-	-	16.453	23.544
Total das aplicações financeiras	1.285.782	948.530	1.590.721	1.216.831
	1.287.464	949.470	1.604.731	1.224.276

As aplicações financeiras da Companhia são mantidas para o pagamento dos compromissos de caixa de curto prazo e estão estruturadas, substancialmente, através da concentração dos recursos no Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa (FIE), o qual pode ter suas cotas resgatadas a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos.

As operações compromissadas realizadas no âmbito do FIE são transações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador, possuindo liquidez imediata, remuneração baseada na Selic e lastro em títulos públicos federais.

A rentabilidade média do fundo nos anos de 2014 e 2013 foi de 100,4% e 101,4% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários), respectivamente.

5 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Circulante				
Suprimento de energia elétrica				
Distribuidoras	284.272	245.616	399.257	372.589
Comercializadoras	129.380	84.824	17.883	24.953
Fornecimento de energia elétrica				
Consumidores livres	22.522	20.957	280.097	248.655
Transações realizadas na CCEE ⁵	13.510	27.039	22.386	100.581
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(6.180)	(6.180)	(6.469)	(6.452)
	443.504	372.256	713.154	740.326
Não circulante				
Suprimento de energia elétrica	19.034	31.398	5.157	6.280
Transações realizadas no MAE (atualmente CCEE)				
Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE)	-	2.665	-	2.665
Agentes com ações judiciais ou inadimplentes	122.986	122.961	122.986	122.961
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(122.986)	(125.626)	(124.834)	(127.474)
	19.034	31.398	3.309	4.432

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 30 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

A composição dos valores a receber vencidos apresentados no ativo circulante é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Vencidas até 30 dias	700	77	700	1.386
Vencidas a mais de 30 dias	6.936	7.218	8.366	7.646
	7.636	7.295	9.066	9.032

A Companhia constituiu provisão para devedores duvidosos sobre os valores a receber vencidos para os quais o risco de perda na sua recuperação é provável.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre os valores relativos as transações realizadas no Mercado Atacadista de Energia Elétrica (MAE), atualmente CCEE, no valor de R\$ 122.986, é composta como segue:

(i) R\$ 110.598 - corresponde a créditos oriundos de transações realizadas no MAE, no período de setembro de 2000 a setembro de 2002, que não foram recebidos em função de determinados agentes devedores terem ingressado com ações judiciais por discordarem da interpretação adotada por aquele órgão, relativamente às disposições do Acordo Geral do Setor Elétrico. A provisão foi constituída em virtude das dúvidas quanto ao recebimento dos valores relativos às referidas transações.

⁵ Câmara de Comercialização de Energia Elétrica

(ii) R\$ 12.388 - refere-se, substancialmente, a débitos de agentes inadimplentes na primeira liquidação financeira feita pelo MAE, em 30.12.2002, relativa às transações realizadas no âmbito daquele mercado. Tais valores estão sendo objeto de negociações bilaterais a longa data. Contudo, em razão das incertezas quanto ao recebimento, a Companhia mantém provisão para créditos de liquidação duvidosa, independentemente das ações aplicáveis ao caso.

6 – ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Almoxarifado	37.982	38.819	39.614	40.411
Insumos para produção de energia	25.218	20.813	26.555	23.028
Adiantamentos a fornecedores	2.329	619	2.329	722
Outros	1.567	613	1.761	624
	67.096	60.864	70.259	64.785

7 – CRÉDITOS FISCAIS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Circulante				
Pis ⁶ e Cofins ⁷	-	-	48.841	59.086
INSS ⁸	294	722	295	722
ICMS ⁹	1.610	-	1.615	22
	1.904	722	50.751	59.830
Não circulante				
Pis e Cofins	17.951	8.832	59.076	81.972
ICMS	18.471	17.810	18.691	18.244
INSS	6.288	-	6.289	6
	42.710	26.642	84.056	100.222

Os saldos de Pis e Cofins a compensar se referem a créditos decorrentes das aquisições de máquinas e equipamentos e de gastos com a construção de edificações para a implantação de empreendimentos de geração de energia.

A Companhia estima que a compensação dos créditos não circulantes ocorrerá até o final de 2018.

⁶ Programa de Integração Social

⁷ Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

⁸ Instituto Nacional do Seguro Social

⁹ Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Comunicação e Transporte

8 – COMBUSTÍVEL A REEMBOLSAR

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013
Eletrobras	343.221	139.601

Esta rubrica registra os valores a receber da Eletrobras decorrentes do reembolso do combustível comprado para consumo nas usinas termelétricas da Companhia. Estas aquisições são pagas pela Eletrobras com os recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que tem como uma de suas finalidades a garantia da competitividade da energia produzida a partir de fontes movidas a carvão mineral nacional.

Os reembolsos normalmente são realizados após a apresentação dos comprovantes de pagamento aos fornecedores.

Em 31.12.2014, estavam pendentes de recebimento os reembolsos relativos aos fornecimentos de agosto a novembro de 2014. Os valores relativos aos meses de agosto e setembro de 2014 foram recebidos nos primeiros meses de 2015. A Companhia vem mantendo conversas com os responsáveis pela gestão dos recursos da CDE visando o equacionamento dos valores pendentes de recebimento com a maior brevidade possível.

9 – DEPÓSITOS VINCULADOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Garantia serviço da dívida	34.471	31.618	145.965	121.895
Garantia CCEE	53.472	10	54.124	10
Garantia de compromisso contratual	-	-	48.475	-
Outros	7.520	5.466	11.709	12.785
	95.463	37.094	260.273	134.690
Classificação no balanço patrimonial				
Ativo circulante	55.133	10	104.260	3.833
Ativo não circulante	40.330	37.084	156.013	130.857
	95.463	37.094	260.273	134.690

No exercício de 2014 foram reconhecidos, no ativo circulante consolidado, os depósitos no valor de R\$ 48.475, efetuados para garantir o cumprimento de determinados compromissos contratuais assumidos pelos vendedores da Ferrari Termoeletrica, cuja liberação ocorrerá na medida em que tais compromissos forem sendo cumpridos.

10 – ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA

Esta rubrica registra os bens do empreendimento termelétrico Jacuí (Jacuí) recebidos em decorrência de sentença favorável à Companhia, em 2014, em ação de execução movida contra a Elétrica Jacuí Ltda. (Eleja) para a cobrança de valores a receber decorrentes da venda de Jacuí, os quais tinham sido concedidos em garantia do crédito.

Após a posse dos bens, a administração da Companhia iniciou um processo de identificação de potenciais interessados na aquisição dos ativos. Em função do atual estágio em que se encontra o processo de venda dos ativos, a Companhia, a partir de 30.09.2014, passou a registrar o ativo no grupo “Ativo não circulante mantido para venda” e manteve o registro do valor contábil do ativo, de R\$ 86.886. A avaliação dos ativos que cabem à Companhia apresentada pelo perito judicial totaliza o montante de R\$ 114.981. Tendo em vista que a dívida, incluindo multas e encargos, excede o valor da avaliação pericial, a Companhia solicitou reforço de penhora, o qual ainda aguarda decisão judicial.

O referido ativo não circulante mantido para a venda corresponde somente aos bens integrantes do ativo imobilizado recebido pela Companhia, não havendo outros ativos, passivos e resultados de valores expressivos que estejam relacionados com a mencionada transação.

Até 30.09.2014, os valores a receber da Eleja, no montante de R\$ 86.886, vinham sendo apresentados na rubrica “Valores a receber pela alienação de ativo”, no ativo não circulante. Esse montante correspondia ao valor presente da totalidade dos recebíveis da Eleja em julho de 2009, mês em que a Eleja suspendeu os pagamentos das parcelas devidas e, em consequência, a Companhia iniciou o processo de execução judicial do contrato de venda do empreendimento. A Companhia, a partir daquele mês, de forma prudente, deixou de reconhecer os juros e a variação monetária sobre os recebíveis decorrentes dessa transação.

11 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Fiscais	99.207	92.724	99.785	93.485
Cíveis	11.094	8.259	12.161	8.817
Trabalhistas	5.079	4.228	5.198	4.552
	115.380	105.211	117.144	106.854

Do montante total dos depósitos de natureza fiscal registrados em 31.12.2014, R\$ 50.220 (R\$ 49.192 em 31.12.2013), na controladora e no consolidado, correspondem a depósitos vinculados a processo transitado em julgado em favor da Companhia, em junho de 2012, em ação que requeria a manutenção da sistemática de não cumulatividade para a apuração de Pis e Cofins sobre as receitas decorrentes de contratos com “preços predeterminados”. A Companhia está aguardando o desfecho de uma contestação apresentada pela União Federal para efetivar o levantamento dos referidos depósitos.

Os demais valores depositados estão vinculados a processos que tramitam nas esferas judiciais e administrativas, dos quais, R\$ 44.879, em 31.12.204 (R\$ 38.703 em 31.12.2013), estão diretamente relacionados a provisões de risco provável reconhecidas como provisão, no passivo da Companhia.

b) Mutação

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31.12.2012	108.616	110.411
Adições	2.550	2.695
Atualizações	9.188	9.323
Baixas e resgates	(15.143)	(15.575)
Saldos em 31.12.2013	105.211	106.854
Adições	5.794	6.280
Atualizações	11.134	11.276
Baixas e resgates	(6.759)	(7.266)
Saldos em 31.12.2014	115.380	117.144

12 – INVESTIMENTOS

a) Composição

	Controladora	
	31.12.2014	31.12.2013
Participações societárias permanentes:		
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial		
Equivalência patrimonial	2.522.925	2.336.073
“Ágio” (Direito de concessão)	76.852	80.193
	2.599.777	2.416.266

b) Mutação dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

	Itasa	CEE	CESS ¹⁰	Lages	TBLC	TBLP	Pampa	Total
Saldos em 01.01.2013	329.803	983.367	376.380	59.198	168.562	732.419	1	2.649.730
Aumento de capital	-	-	-	-	-	44.016	845	44.861
Equivalência patrimonial	9.854	24.430	21.421	6.154	62.100	42.909	(4)	166.864
Dividendos	(16.528)	(5.208)	-	(6.154)	(100.000)	-	-	(127.890)
Outros	-	-	-	-	-	-	309	309
Incorporação	-	-	(397.801)	-	-	-	-	(397.801)
Saldo em 31.12.2013	323.129	1.002.589	-	59.198	130.662	819.344	1.151	2.336.073
Aumento de capital	-	-	-	-	-	245.755	370	246.125
Equivalência patrimonial	2.024	5.366	-	7.163	201.772	81.668	(11)	297.982
Dividendos	(23.511)	(1.274)	-	(22.565)	(328.234)	-	-	(375.584)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	5.355	12.974	18.329
Saldo em 31.12.2014	301.642	1.006.681	-	43.796	4.200	1.152.122	14.484	2.522.925

¹⁰ Companhia Energética São Salvador, incorporada em 30.12.2013

b.1) Informações sobre as controladas diretas relativas ao exercício findo em 31.12.2014

	Itasa	CEE	Lages	TBLC	TBLP	Pampa
Capital social	510.136	918.002	30.530	4.200	1.024.534	1.217
Ativo	653.666	2.553.721	57.942	487.115	1.887.550	21.173
Passivo	34.913	1.547.040	14.146	482.915	731.524	6.689
Patrimônio líquido	618.753	1.006.681	43.796	4.200	1.156.026	14.484
Receita líquida	136.605	384.798	45.845	2.815.338	235.392	-
Lucro (prejuízo) líquido	4.152	5.366	7.163	201.772	82.405	(11)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	5.355	12.974
Participação no capital social (%)	48,75	99,99	99,99	99,99	99,99	99,99

A participação de acionista não controlador da Ibitiúva no patrimônio líquido e lucro líquido da TBLP acima apresentado, é de R\$ 3.904 e R\$ 737, respectivamente.

c) “Ágio” (Direito de concessão) - Controladora
Mutação

	CEE	CESS	Total
SalDOS em 01.01.2013	83.426	30.836	114.262
Amortização	(3.233)	(1.265)	(4.498)
Incorporação CESS	-	(29.571)	(29.571)
SalDOS em 31.12.2013	80.193	-	80.193
Amortização	(3.341)	-	(3.341)
SalDOS em 31.12.2014	76.852	-	76.852

Os valores relativos aos “Ágios” (Direitos de concessão) pagos nas aquisições das controladas têm como fundamento econômico os direitos sobre a concessão outorgada pela Aneel para o uso do bem público na geração de energia elétrica. Os mesmos foram definidos com base no valor presente das projeções de fluxo de caixa, obtidas através de avaliações econômico-financeiras.

O ativo está sendo amortizado de forma linear pelo prazo do contrato de concessão, visto que os benefícios econômicos decorrentes das aquisições desses investimentos ocorrerão ao longo desse prazo.

d) Informações sobre as controladas diretas
d.1) Itá Energética S.A. (Itasa) - operação em conjunto

A Tractebel Energia e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) mantém uma operação em conjunto na Itasa, ambas com participação equivalente a 48,75% do capital votante e integralizado da sociedade.

A Itasa e a Tractebel Energia são as detentoras dos direitos de exploração da Usina Hidrelétrica Itá, localizada no Rio Uruguai (SC/RS), através de consórcio, do qual a Itasa participa com 60,5% e a Tractebel Energia com 39,5%. A Usina tem energia assegurada de 720 MW médios, dos quais, nos termos do Contrato de Consórcio, a Itasa tem direito a 404,1 MW médios e a Tractebel Energia 315,9 MW médios. A Tractebel, direta e indiretamente, através da Itasa, tem direito a 544,2 MW médios da energia assegurada do empreendimento.

Os principais grupos do ativo, passivo e resultado da Itasa, conforme demonstrados a seguir, são reconhecidos nas demonstrações contábeis consolidadas da Tractebel Energia na proporção de sua participação no capital da empresa, posto que a referida sociedade possui personalidade jurídica própria.

BALANÇO PATRIMONIAL	31.12.2014	31.12.2013
ATIVO		
Ativo circulante	52.449	65.893
Ativo não circulante		
Realizável a longo prazo	32.335	34.029
Imobilizado	568.876	603.262
Intangível	6	8
TOTAL DO ATIVO	653.666	703.192
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Passivo circulante	32.761	38.492
Passivo não circulante	2.152	1.871
Patrimônio líquido	618.753	662.829
TOTAL DO PASSIVO	653.666	703.192
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	31.12.2014	31.12.2013
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	136.605	153.530
CUSTOS DA ENERGIA VENDIDA	(129.259)	(116.726)
LUCRO BRUTO	7.346	36.804
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Despesas gerais e administrativas	(3.988)	(4.265)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	45	(3.331)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS	3.403	29.208
Resultado financeiro	2.956	1.266
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	6.359	30.474
Imposto de renda e contribuição social	(2.207)	(10.265)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	4.152	20.209

d.2) Companhia Energética Estreito (CEE)

A CEE é detentora de participação de 40,07% no Consórcio Estreito Energia (Ceste), criado para a implantação e exploração da Usina Estreito, localizada no Rio Tocantins (TO/MA). As demais consorciadas são: a Companhia Vale do Rio Doce, a Estreito Energia S.A. (Grupo Alcoa) e a Intercement Brasil S.A. (Grupo Camargo Corrêa), com participações de 30,00%, 25,49% e 4,44%, respectivamente. A liderança do consórcio cabe à CEE. A energia assegurada da usina é de 641,1 MW médios, sendo 256,9 MW médios pertencentes à CEE.

d.3) Lages Bioenergética Ltda. (Lages)

A Lages é uma termelétrica, localizada no Município de Lages (SC), que utiliza um turbo gerador a vapor de 28 MW que consome resíduos de madeira como combustível. A Usina detém o registro no Comitê Executivo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) da Organização das Nações Unidas (ONU) para negociar créditos de carbono, por utilizar resíduos de madeira na cogeração de energia elétrica.

d.4) Tractebel Energia Comercializadora Ltda. (TBLC)

A TBLC tem como objeto social a comercialização de energia elétrica nos ambientes de contratação livre e regulada, incluindo a compra, a venda, a importação e a exportação de energia elétrica, bem como a intermediação de qualquer dessas operações, a prática e a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades. As vendas no ambiente de comercialização livre da Companhia normalmente são realizadas através da TBLC.

d.5) Usina Termelétrica Pampa Sul S.A. (Pampa)

A Pampa é detentora da Usina Termelétrica Pampa Sul, que será implantada no Município de Candiota (RS), e terá capacidade instalada de 340 MW. Em novembro de 2014, a Pampa comercializou, através de leilão promovido pela Aneel, 294,5 MW médios pelo prazo de 25 anos, a serem entregues a partir de 1º de janeiro de 2019. A construção da Usina terá início em 2015 e a operação comercial esta prevista para ser iniciada em janeiro de 2019. O custo de construção da usina está previsto em R\$ 1.800.000.

d.6) Tractebel Energias Complementares Participações Ltda. (TBLP)

A TBLP é uma *holding* que tem por objeto social participar no capital de outras sociedades e concentrar os investimentos em projetos referentes a energias complementares da Companhia. A seguir algumas informações financeiras das controladas mais relevantes da TBLP, relativas ao exercício findo em 31.12.2014.

	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido (Prejuízo)	Outros resultados abrangentes	Participação no capital (%)
Tupan	80.379	93.524	13.145	80.379	18.386	12.390	-	99,99
Hidropower	33.393	69.483	24.589	44.894	17.673	11.084	-	99,99
Areia Branca	84.160	132.405	51.945	80.460	11.612	(1.112)	-	99,99
Ibitiúva	36.576	135.282	57.196	78.086	25.979	14.730	-	95,00
Ferrari	51.050	129.561	52.298	77.263	45.092	17.343	-	99,99
Beberibe	60.230	149.820	83.066	66.754	26.299	8.924	-	99,99
Pedra do Sal	33.133	95.152	56.027	39.125	18.884	7.279	-	99,99
EEN	184.513	558.188	350.601	207.587	85.848	28.057	-	99,99
EEC	30.739	31.864	1.240	30.624	-	(31)	-	99,99
CLWP	2.427	7.136	1.782	5.354	-	(315)	3.408	99,99
CLWP II	4.553	4.395	19	4.376	-	(116)	-	99,99
CLWP III	8.139	10.766	1.040	9.726	-	(239)	1.947	99,99
Santo Agostinho	10	-	-	-	-	(10)	-	99,99

Os efeitos no ativo consolidado da TBLP, decorrentes da alocação do valor justo dos direitos vinculados às autorizações e demais direitos adquiridos em combinações de negócios, são de R\$ 420.086.

- Ferrari Termoelétrica S.A. (Ferrari)

Em fevereiro de 2014, a TBLP concluiu o processo de aquisição da totalidade do capital social da Ferrari pelo valor de R\$ 176.139. A empresa é uma SPE detentora de todos os ativos da Central Geradora Termelétrica Ferrari, um empreendimento de cogeração de energia a biomassa de cana-de-açúcar, em operação comercial desde junho de 2009, localizado no Município de Pirassununga, Estado de São Paulo. A usina conta com uma capacidade comercial de 23,2 MW médios.

Os montantes registrados nos livros e os valores justos dos ativos e passivos adquiridos em uma combinação de negócios foram os seguintes:

	Valor de livros	Valor justo na aquisição
Ativo circulante	10.821	10.821
Ativo não circulante		
Realizável a longo prazo	15	15
Imobilizado	81.273	216.797
Intangível	113	113
Passivo circulante	(12.050)	(12.050)
Passivo não circulante	(39.557)	(39.557)
Ativos líquidos	40.615	176.139

Em abril de 2014, a Companhia iniciou as atividades direcionadas à modernização e ampliação da UTE, de modo a elevar a sua capacidade instalada para 80,5 MW e a sua capacidade comercial para 35,6 MW médios. O término das obras está previsto para o segundo trimestre de 2015.

- Energias Eólicas do Nordeste S.A. (EEN)

A EEN é uma *holding* constituída para concentrar os investimentos nas Sociedades de Propósito Específico (SPEs) que detêm os projetos eólicos localizados no Município de Trairi, Estado do Ceará. A seguir algumas informações financeiras das controladas da EEN, referentes ao exercício findo em 31.12.2014.

	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido	Participação no capital (%)
Trairi	36.154	119.827	77.092	42.735	19.693	5.587	99,99
Guajiru	40.068	140.175	90.565	49.610	24.286	8.935	99,99
Fleixeiros	43.391	144.613	94.113	50.500	24.222	8.628	99,99
Mundaú	52.128	140.855	84.813	56.042	17.647	5.475	99,99

Os efeitos no ativo consolidado da EEN, resultantes da alocação do valor justo dos direitos das autorizações e demais direitos adquiridos em combinações de negócios, são de R\$ 12.108.

Os parques eólicos Trairí e Guajiru deram início à operação comercial em novembro de 2013, já os parques eólicos Fleixeiras e Mundaú entraram em operação em janeiro e abril de 2014, respectivamente. O Projeto Trairí adicionou 115,4 MW à capacidade instalada da Companhia e 63,9 MW médios à sua capacidade comercial. A energia gerada está sendo sendo vendida no Ambiente de Comercialização Livre (ACL), em contratos de médio e longo prazo, através da controlada TBLC.

- Energias Eólicas do Ceará S.A. (EEC)

A EEC é uma *holding* constituída para concentrar os investimentos nas SPEs que compõem os parques eólicos do Complexo Santa Mônica, no Estado do Ceará. A seguir algumas informações financeiras relativas ao exercício findo em 31.12.2014 das controladas da EEC.

	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro líquido (Prejuízo)	Participação no capital (%)
Trairí II	7.396	7.325	269	7.056	(85)	99,99
Cacimbas	5.163	5.001	188	4.813	(63)	99,99
Santa Mônica	5.164	5.226	170	5.056	(24)	99,99
Santa Mônica II	7.095	7.384	286	7.098	4	99,99

Os quatro parques eólicos têm capacidade comercial total de 48,7 MW médios. A construção dos parques foi iniciada em 2014 e está prevista para ser concluída em 2016. O custo de construção está estimado em R\$ 460.000. A energia da usina será comercializada no ambiente livre e/ou regulado.

- Complexo Eólico Campo Largo (CECL)

O CECL é formado por um conjunto de empreendimentos de geração eólica totalizando um potencial aproximado de desenvolvimento de 630 MW, todos localizados nos municípios de Umburanas e Sento Sé, no Estado da Bahia, que serão desenvolvidos em etapas.

O Complexo é composto por 22 (vinte e duas) SPEs controladas por 3 (três) *holdings*, a CLWP Brasil Ltda. (CLWP), adquirida em julho de 2013 por R\$ 21.610, e as CLWP Brasil II Participações Ltda. (CLWP II) e CLWP Brasil III Participações Ltda. (CLWP III), compradas em junho de 2014 por R\$ 22.042 e R\$ 39.939, respectivamente.

O montante total da aquisição corresponde, substancialmente, ao valor justo dos projetos básicos ambientais, da certificação de geração de energia, das medições de ventos, das licenças ambientais prévias e dos contratos de arrendamentos.

Os montantes registrados nos livros e os valores justos dos ativos e passivos adquiridos em 2014 são os que seguem:

	CLWP II		CLWP III	
	Valor de livros	Valor justo na aquisição	Valor de livros	Valor justo na aquisição
Ativo circulante	1	1	1	1
Ativo intangível	4.377	22.097	7.787	45.579
Passivo circulante	(56)	(56)	(5.641)	(5.641)
Ativo líquido	4.322	22.042	2.147	39.939

No Leilão A-5 de 28.11.2014, o CECL comercializou 82,6 MW médios, pelo prazo de 20 (vinte) anos, a partir de 1º de janeiro de 2019, a serem gerados por seis parques eólicos, com capacidade instalada de 178,2 MW. Outros cinco parques eólicos do Complexo, com capacidade instalada total de 148,5 MW (aproximadamente 70 MW médios), serão desenvolvidos nessa etapa do projeto. Os 11 (onze) parques demandarão um investimento total de cerca de R\$ 1.700.000.

- Projeto Santo Agostinho

Em agosto de 2014, a TBLP adquiriu os direitos de desenvolvimento do Complexo Eólico Santo Agostinho, localizados nos municípios de Lajes e Pedro Avelino, no Estado do Rio Grande do Norte, o qual é composto por 24 (vinte e quatro) SPEs, cada qual responsável pelo desenvolvimento de um empreendimento de geração eólica, totalizando um potencial de 600 MW de capacidade instalada.

O valor máximo de aquisição será de R\$ 54.000, composto por um montante fixo de R\$ 39.000 e um valor vinculado a desempenho de até R\$ 15.000, que será pago desde que satisfeitas determinadas condições previstas em contrato.

Em dezembro de 2014, a Companhia finalizou o processo de aquisição da primeira fase do projeto, tendo sido transferidas 1 (uma) *holding* e 9 (nove) SPEs para seu controle. O valor de aquisição foi de R\$ R\$ 21.051, dos quais R\$ 15.266 serão pagos em 2015.

A mais valia do negócio adquirido, no valor de R\$ 20.926, corresponde, substancialmente, ao valor justo dos projetos básicos ambientais, da certificação de geração de energia, das medições de ventos, das licenças ambientais prévias e dos contratos de arrendamentos, tendo sido alocada integralmente no ativo intangível.

13 – IMOBILIZADO

a) Composição

		Controladora			
		31.12.2014		31.12.2013	
	Taxa média de depreciação	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Reservatórios, barragens e adutoras	2,7%	5.070.718	(2.604.461)	2.466.257	2.611.608
Edificações e benfeitorias	3,0%	1.457.091	(814.959)	642.132	682.232
Máquinas e equipamentos	4,1%	5.866.182	(3.755.515)	2.110.667	2.241.689
Móveis e utensílios	6,3%	9.133	(4.447)	4.686	4.901
Veículos	14,3%	2.890	(1.653)	1.237	460
Obrigações especiais		(12.902)	-	(12.902)	(13.087)
		12.393.112	(7.181.035)	5.212.077	5.527.803
Em curso					
Reservatórios, barragens e adutoras		871	-	871	-
Edificações e benfeitorias		11.683	-	11.683	6.411
Máquinas e equipamentos		234.788	-	234.788	95.518
Adiantamento a fornecedores		51.286	-	51.286	77.452
Aquisições a ratear		28.622	-	28.622	6.781
		327.250	-	327.250	186.162
		12.720.362	(7.181.035)	5.539.327	5.713.965
		Consolidado			
		31.12.2014		31.12.2013	
	Taxa média de depreciação	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Reservatórios, barragens e adutoras	3,0%	7.109.254	(2.912.215)	4.197.039	4.413.281
Edificações e benfeitorias	3,2%	1.760.055	(890.813)	869.242	891.687
Máquinas e equipamentos	4,1%	8.398.888	(4.203.306)	4.195.582	4.095.603
Móveis e utensílios	6,3%	9.945	(4.837)	5.108	5.324
Veículos	14,3%	4.223	(2.208)	2.015	1.119
Obrigações especiais		(13.026)	-	(13.026)	(13.212)
		17.269.339	(8.013.379)	9.255.960	9.393.802
Em curso					
Reservatórios, barragens e adutoras		1.604	-	1.604	7.935
Edificações e benfeitorias		19.644	-	19.644	12.095
Máquinas e equipamentos		254.592	-	254.592	131.781
Adiantamento a fornecedores		88.285	-	88.285	148.140
Aquisições a ratear		37.993	-	37.993	14.474
		402.118	-	402.118	314.425
		17.671.457	(8.013.379)	9.658.078	9.708.227

b) Mutação do ativo imobilizado

Controladora							
	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Outros	Imobilizado em curso	Obrigações especiais	Total
Saldos em 01.01.2013	2.159.451	543.628	2.001.942	5.161	45.336	(13.275)	4.742.243
Ingressos	-	-	-	-	231.862	188	232.050
Juros capitalizados	-	-	-	-	160	-	160
Incorporação Maesa	7.119	1.537	7.728	2	115	-	16.501
Incorporação CESS	561.248	185.685	400.033	224	4.475	-	1.151.665
<i>Impairment</i>	-	(14.659)	(54.039)	-	-	-	(68.698)
Transferências	756	1.012	93.487	531	(95.786)	-	-
Baixas	-	-	(2.501)	(4)	-	-	(2.505)
Depreciação	(116.966)	(34.971)	(204.961)	(553)	-	-	(357.451)
Saldos em 31.12.2013	2.611.608	682.232	2.241.689	5.361	186.162	(13.087)	5.713.965
Ingressos	-	-	-	-	191.454	185	191.639
Juros capitalizados	-	-	-	-	16.744	-	16.744
Transferências	(7.991)	797	72.992	1.312	(67.110)	-	-
Baixas	-	(78)	(2.084)	(65)	-	-	(2.227)
Depreciação	(137.360)	(40.819)	(201.930)	(685)	-	-	(380.794)
Saldos em 31.12.2014	2.466.257	642.132	2.110.667	5.923	327.250	(12.902)	5.539.327

Consolidado							
	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Outros	Imobilizado em curso	Obrigações especiais	Total
Saldos em 01.01.2013	4.358.878	939.975	3.692.815	5.820	698.997	(13.400)	9.683.085
Ingressos	-	-	-	-	623.267	188	623.455
Juros capitalizados	-	-	-	-	21.061	-	21.061
Incorporação Maesa	7.119	1.537	7.728	2	115	-	16.501
<i>Impairment</i>	-	(17.259)	(55.578)	-	-	-	(72.837)
Transferências	259.931	20.362	749.973	1.349	(1.029.015)	-	2.600
Baixas	-	-	(2.640)	(6)	-	-	(2.646)
Depreciação	(212.647)	(52.928)	(296.695)	(722)	-	-	(562.992)
Saldos em 31.12.2013	4.413.281	891.687	4.095.603	6.443	314.425	(13.212)	9.708.227
Ingressos	-	-	-	-	292.737	186	292.923
Aquisição Ferrari	-	7.463	60.422	137	13.251	-	81.273
Mais valia de ativos adquiridos	-	15.198	120.326	-	-	-	135.524
Juros capitalizados	-	-	-	-	17.776	-	17.776
Transferências	(1.067)	8.350	228.948	1.483	(236.071)	-	1.643
Baixas	-	(78)	(2.264)	(66)	-	-	(2.408)
Depreciação	(215.175)	(53.378)	(307.453)	(874)	-	-	(576.880)
Saldos em 31.12.2014	4.197.039	869.242	4.195.582	7.123	402.118	(13.026)	9.658.078

c) Composição do imobilizado em serviço, por grupo de usinas

Controladora					
31.12.2014				31.12.2013	
	Taxa média de depreciação	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Hidrelétricas	2,5%	9.922.340	(5.170.165)	4.752.175	5.000.879
Termelétricas	5,0%	2.470.772	(2.010.870)	459.902	526.924
		12.393.112	(7.181.035)	5.212.077	5.527.803

Consolidado					
31.12.2014				31.12.2013	
	Taxa média de depreciação	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Hidrelétricas	3,2%	13.468.669	(5.736.805)	7.731.864	7.971.490
Termelétricas	5,0%	2.470.772	(2.010.870)	459.902	526.924
PCH	4,3%	300.987	(78.280)	222.707	235.451
Biomassa	5,3%	288.723	(96.140)	192.583	119.475
Eólicas	4,6%	740.188	(91.284)	648.904	540.462
		17.269.339	(8.013.379)	9.255.960	9.393.802

d) Depreciação

As taxas de depreciação estabelecidas pela Aneel, que correspondem à vida útil estimada dos bens, para os principais grupos de ativos que compõem os parques geradores da Companhia, são as seguintes:

	Depreciação (% a.a.)	Vida útil média (anos)
Reservatórios e barragens	2,0	50
Edificações e benfeitorias	4,0	25
Geradores	3,3	30
Caldeiras	4,0	25
Turbinas hidráulicas	3,3	30
Casas de força	2,0	50
Turbinas eólicas (aerogeradores)	5,0	20
Equipamentos gerais	6,3	16

O montante dos itens totalmente depreciados em 31.12.2014 e 31.12.2013 são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Reservatórios, barragens e adutoras	132.507	73.857	132.507	73.857
Edificações e benfeitorias	105.249	105.209	105.249	105.209
Máquinas e equipamentos	759.175	703.886	759.316	704.069
Móveis e utensílios	1.000	1.126	1.000	1.139
Veículos	690	596	939	883
	998.621	884.674	999.011	885.157

Depreciação dos ativos que integram o Projeto Original das Usinas

A Companhia, com base exclusivamente na interpretação da Lei nº 8.987/95 e do Decreto nº 2.003/96, considera que não há total garantia de indenização pelo Poder Concedente, do valor residual dos bens que integram o Projeto Original dos empreendimentos hidrelétricos, ao final de seus prazos da concessão e autorização.

Dessa forma, a Companhia, deprecia estes ativos com base nas taxas determinadas pela Aneel, limitadas ao prazo de concessão ou autorização, embora a legislação e os contratos prevejam a possibilidade da renovação das mesmas.

Ainda segundo interpretação da referida legislação, os investimentos adicionais realizados para garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido serão indenizados pelo poder concedente ao final do prazo das concessões e autorizações. Em consequência, esses ativos são depreciados de acordo com as vidas úteis estabelecidas pela Aneel.

e) Ajuste a valor justo do ativo imobilizado

Em atendimento às orientações previstas nos pronunciamentos contábeis, em 01.01.2009, data da primeira adoção das normas internacionais (IFRS) e das estabelecidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), a Companhia adotou o valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado de suas usinas cujos valores contábeis se apresentavam substancialmente diferentes dos seus valores justos.

O ajuste a valor justo do imobilizado, líquido do imposto de renda e da contribuição social diferido, teve como contrapartida a conta "Ajustes de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido. A depreciação e baixas do referido ajuste nos ativos não resulta em efeitos na base de apuração do imposto de renda e da contribuição social nem na base de distribuição de dividendos.

Os saldos do imobilizado, em 31.12.2014 e 31.12.2013, contemplam o ajuste a valor justo, líquido de depreciação e baixas, nos montantes de R\$ 740.393 e R\$ 799.114, respectivamente. A depreciação e baixas sobre os ajustes ao valor justo nos exercícios findos em 31.12.2014 e 31.12.2013 foi de R\$ 58.721 e R\$ 83.697, respectivamente.

f) Registro da concessão onerosa contratada ou adquirida em uma combinação de negócios

A Companhia, para fins de elaboração das informações consolidadas, considerou como referência para o registro das concessões onerosas e autorizações concedidas pela União Federal para o uso do bem público para a geração de energia, contratadas ou adquiridas em uma combinação de negócios, o Guia de Aplicação do IFRS 3 - Combinação de negócios, que permite o reconhecimento do valor justo da concessão e do ativo imobilizado como único ativo nas demonstrações contábeis, quando esses ativos não puderem ser vendidos ou transferidos separadamente.

Com base nesse pronunciamento, a Companhia reconheceu a concessão onerosa e as autorizações contratadas ou adquiridas em uma combinação de negócios como um único ativo, no grupo do ativo imobilizado, distribuído pelas naturezas dos ativos proporcionalmente ao seu custo de aquisição. Esse procedimento vinha sendo adotado pela Companhia antes da obrigatoriedade da adoção dos IFRS e CPC, em 01.01.2009, e foi mantido para as transações ocorridas posteriormente a esta data, de modo a conservar a consistência dos procedimentos.

O saldo dessas concessões e autorizações de uso do bem público para a geração de energia, no ativo imobilizado, em 31.12.2014 e 31.12.2013, é de R\$ 728.293 e R\$ 762,724, respectivamente, na controladora, e de R\$ 997.567 e R\$ 1.046.106, respectivamente, no consolidado.

g) Apropriação dos encargos financeiros

Os encargos financeiros vinculados aos financiamentos e às concessões a pagar são reconhecidos no ativo imobilizado em curso durante o período de construção das usinas.

h) Redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*)

A Companhia avalia periodicamente os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem à perda de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que seus valores contábeis possam não ser recuperáveis.

No ano de 2013, a Companhia reconheceu um *impairment* no valor de R\$ 68.698, na controladora, e de R\$ 72.837, no consolidado, relativo, principalmente, a ativos da Usina Termelétrica Charqueadas, visto que novas normas estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) resultarão na redução do reembolso do consumo de carvão pela usina, a partir de janeiro de 2016, comprometendo a recuperação dos ativos existentes e de investimentos adicionais que seriam necessários para o atingimento de novos fatores de eficiência exigidos pelo regulador. O valor de recuperação corresponde ao valor de venda dos ativos, líquidos dos custos necessários à venda, considerando o seu melhor uso possível, e definido com base em dados de mercado observáveis.

i) Concessões e autorizações do Órgão Regulador

i.1) Concessões de usinas hidrelétricas

Concessões	Detentor da concessão	Capacidade instalada MW	Data do ato	Vencimento
UHE Salto Santiago	Tractebel Energia	1.420	28.09.1998	27.09.2028
UHE Salto Osório	Tractebel Energia	1.078	28.09.1998	27.09.2028
UHE Passo Fundo	Tractebel Energia	226	28.09.1998	27.09.2028
UHE Itá	Tractebel Energia/Itasa	1.450	28.12.1995	16.10.2030
UHE Machadinho	Tractebel Energia	1.140	15.07.1997	14.07.2032
UHE Cana Brava	Tractebel Energia	450	27.08.1998	26.08.2033
UHE Ponte de Pedra	Tractebel Energia	176	01.10.1999	30.09.2034
UHE São Salvador	Tractebel Energia	243	23.04.2002	22.04.2037
UHE Estreito	CEE	1.087	26.11.2002	26.11.2037

A Companhia possui, direta e indiretamente, nas usinas Itá, Machadinho e Estreito, o equivalente a 1.126,9 MW, 403,9 MW e 435,6 MW, respectivamente, das capacidades instaladas das usinas, valores que correspondem às suas participações como acionistas ou consorciadas.

i.2) Autorizações de usinas termelétricas, pequenas centrais hidrelétricas e eólicas

Autorizações	Detentor (a) da autorização	Capacidade instalada (MW)	Data do ato	Vencimento
Usinas termelétricas (UTE)				
Complexo Termelétrico Jorge Lacerda	Tractebel Energia	857	25.09.1998	27.09.2028
UTE Charqueadas	Tractebel Energia	72	25.09.1998	27.09.2028
UTE Alegrete ¹¹	Tractebel Energia	66	25.09.1998	27.09.2028
UTE William Arjona	Tractebel Energia	190	01.06.2000	28.04.2029
UTE Ibitiúva Bioenergética	Consórcio Andrade ¹²	33	05.04.2000	05.04.2030
Unidade de Cogeração Lages	Lages	28	29.10.2002	28.10.2032
UTE Ferrari	Ferrari Termoeletrica	80	26.06.2007	27.06.2042
Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH)				
PCH Areia Branca	Areia Branca	20	02.05.2000	02.05.2030
PCH Rondonópolis	Tupan	27	18.12.2002	18.12.2032
PCH Engenheiro José Gelazio da Rocha	Hidropower	24	18.12.2002	18.12.2032
Usinas eólicas (EOL)				
EOL Pedra do Sal	Pedra do Sal	18	01.10.2002	01.10.2032
EOL Beberibe	Beberibe	26	31.07.2003	03.08.2033
EOL Trairi	Trairi	25	20.09.2011	28.09.2041
EOL Guajiru	Guajiru	30	20.09.2011	28.09.2041
EOL Fleixeiras I	Fleixeiras I	30	20.09.2011	26.09.2041
EOL Mundaú	Mundaú	30	20.09.2011	26.09.2041

A Companhia possui 22,9 MW da capacidade instalada da Usina Ibitiúva Bioenergética, que correspondem às suas participações como acionista e consorciada.

¹¹ A Usina está com a operação temporariamente suspensa e os ativos estão em processo de devolução à União.

¹² As consorciadas são a controlada indireta Ibitiúva Bioenergética S.A. (72,90%) e Andrade Açúcar e Alcool (27,10%).

Indisponibilidade dos bens

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26.02.1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Aneel nº 20/99, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

j) Bens da União Federal utilizados pela Companhia

A Companhia exerce a posse e opera a UTE Alegrete, composta de duas unidades geradoras com capacidade total de 66 MW, localizada no Município de Alegrete, no Rio Grande do Sul, de titularidade da União Federal e cedida em regime especial de utilização.

No ano de 2013, o lastro comercial e a operação da usina foram temporariamente suspensos pelo regulador. Dessa forma, a Companhia solicitou a Aneel a revogação definitiva da autorização da Usina e sua devolução à União.

k) Sinistros sofridos pela Companhia em 2014

Ao final do mês de junho de 2014, a Companhia sofreu sinistros em duas unidades geradoras do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda (CTJL) e em um vertedouro da Usina Hidrelétrica Itá. Os danos materiais e os efeitos decorrentes da interrupção dos negócios resultantes do sinistro estão cobertos pela apólice de seguro da Companhia. Maiores detalhes estão apresentados na Nota 33 – Seguros.

14 – INTANGÍVEL

a) Composição

	Período de amortização	Controladora			
		31.12.2014		31.12.2013	
		Custo corrigido	Amortização acumulada	Total	Total
Direito de uso	Até 2034	38.416	(27.423)	10.993	10.920

	Período de amortização	Consolidado			
		31.12.2014		31.12.2013	
		Custo corrigido	Amortização acumulada	Total	Total
Condicionantes de licença de operação	Até 2014	22.243	(22.243)	-	6.889
Direito de compra de energia	Até 2023	64.561	(12.031)	52.530	58.546
Direito de uso de ativos	Até 2037	56.486	(29.281)	27.205	17.757
Direitos do Projeto Trairí	Até 2041	12.668	(559)	12.109	12.668
Direitos do Projeto Santa Mônica	-	6.565	-	6.565	5.715
Direitos do Projeto Campo Largo	-	77.182	-	77.182	21.670
Direitos do Projeto Santo Agostinho	-	20.925	-	20.925	-
Outros	-	-	-	-	3.107
		260.630	(64.114)	196.516	126.352

Os direitos dos projetos acima mencionados decorrem do valor justo dos projetos básicos ambientais, da certificação de geração de energia, das medições de ventos, das licenças ambientais prévias e dos contratos de arrendamentos adquiridos juntamente com as empresas. A amortização desses direitos é iniciada após a entrada em operação comercial dos parques e reconhecida de forma linear nos prazos das autorizações de uso dos ativos.

b) Mutação

	Controladora	Consolidado
Saldos em 01.01.2013	10.965	109.500
Ingresso	5.146	7.604
Valor justo dos direitos adquiridos	-	31.342
Transferência para ativo imobilizado	-	(2.600)
Incorporação CESS	404	-
Amortização	(5.595)	(19.494)
Saldos em 31.12.2013	10.920	126.352
Ingresso	2.796	10.615
Valor justo dos direitos adquiridos	-	76.437
Transferência para ativo imobilizado	-	(1.643)
Amortização	(2.723)	(15.245)
Saldos em 31.12.2014	10.993	196.516

c) Redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*)

A Companhia avalia periodicamente a existência de eventos que possam levar à perda de valores não recuperáveis dos intangíveis, não havendo quaisquer indicativos identificados que possam resultar na redução do seu valor recuperável em 31.12.2014.

15 – FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Energia elétrica comprada	38.479	9.017	131.138	179.048
Transações no mercado de curto prazo	238.006	111.097	251.658	119.228
Combustíveis fósseis e biomassa	140.644	84.630	141.648	86.366
Encargos de uso da rede elétrica	33.843	29.484	40.958	36.032
Fornecedores de materiais e serviços	52.316	30.827	64.562	43.787
Fornecedores de imobilizado	3.798	16.656	11.738	45.885
	507.086	281.711	641.702	510.346

16 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Composição

	Controladora					
	31.12.2014			31.12.2013		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Mensurados ao custo amortizado						
Moeda nacional						
Nordic Investment Bank	5.426	154.147	159.573	-	149.990	149.990
Bank of America Merrill Lynch	-	-	-	286.667	-	286.667
BNDES	16.003	251.153	267.156	16.003	141.363	157.366
Bancos (Repasse BNDES)	33.693	268.665	302.358	32.317	298.811	331.128
Encargos	3.578	-	3.578	7.635	-	7.635
	58.700	673.965	732.665	342.622	590.164	932.786
Moeda estrangeira - sem hedge						
BNP Paribas (<i>Floating Rate Note</i>)	-	-	-	367	129.060	129.427
Mensurados ao valor justo						
Moeda estrangeira - com hedge						
HSBC USA	237.196	605.362	842.558	-	210.329	210.329
Mizuho Bank	-	235.055	235.055	-	-	-
Bank of Tokyo	-	130.386	130.386	-	-	-
Encargos	1.834	-	1.834	350	-	350
	239.030	970.803	1.209.833	350	210.329	210.679
Empréstimos e financiamentos	297.730	1.644.768	1.942.498	343.339	929.553	1.272.892

Os saldos dos empréstimos e financiamentos, considerando os efeitos do *hedge*, são os seguintes:

	Controladora					
	31.12.2014			31.12.2013		
	Não			Não		
	Circulante	circulante	Total	Circulante	circulante	Total
Empréstimos e financiamentos	297.730	1.644.768	1.942.498	343.339	929.553	1.272.892
Efeitos do <i>Hedge (swap)</i> no balanço						
Posição ativa ¹³	(27.538)	(38.430)	(65.968)	-	(1.115)	(1.115)
Posição passiva ¹⁴	-	1.732	1.732	-	-	-
	(27.538)	(36.698)	(64.236)	-	(1.115)	(1.115)
Empréstimos e financiamentos, com os efeitos do <i>hedge</i>	270.192	1.608.070	1.878.262	343.339	928.438	1.271.777

	Consolidado					
	31.12.2014			31.12.2013		
	Não			Não		
	Circulante	circulante	Total	Circulante	circulante	Total
Mensurados ao custo amortizado						
Moeda nacional						
Nordic Investment Bank	5.426	154.147	159.573	-	149.990	149.990
Bank of America Merrill Lynch	-	-	-	286.667	-	286.667
BNDES	124.571	1.528.040	1.652.611	119.369	1.498.097	1.617.466
Bancos (Repasse BNDES)	71.608	774.824	846.432	68.392	830.932	899.324
Banco do Brasil	3.966	7.271	11.237	3.966	11.237	15.203
Encargos	9.720	-	9.720	13.732	-	13.732
	215.291	2.464.282	2.679.573	492.126	2.490.256	2.982.382
Moeda estrangeira - sem <i>hedge</i>						
BNP Paribas (<i>Floating Rate Note</i>)	-	-	-	367	129.060	129.427
Mensurado ao valor justo						
Moeda estrangeira - com <i>hedge</i>						
HSBC USA	237.196	605.362	842.558	-	210.329	210.329
Mizuho Bank	-	235.055	235.055	-	-	-
Bank of Tokyo	-	130.386	130.386	-	-	-
Encargos	1.834	-	1.834	350	-	350
	239.030	970.803	1.209.833	350	210.329	210.679
Empréstimos e financiamentos	454.321	3.435.085	3.889.406	492.843	2.829.645	3.322.488

¹³ A posição ativa do *hedge* está apresentada como parte da rubrica "Ganhos não realizados em operações de *hedge*"

¹⁴ A posição passiva do *hedge* está apresentada como parte da rubrica "Outros passivos não circulantes"

Os saldos dos empréstimos e financiamentos, considerando os efeitos do *hedge*, são os seguintes:

	Consolidado					
	31.12.2014			31.12.2013		
	Não		Total	Não		Total
	Circulante	circulante		Circulante	circulante	
Empréstimos e financiamentos	454.321	3.435.085	3.889.406	492.843	2.829.645	3.322.488
Efeitos do <i>Hedge (swap)</i> no balanço						
Posição ativa	(27.538)	(38.430)	(65.968)	-	(1.115)	(1.115)
Posição passiva	-	1.732	1.732	-	-	-
	(27.538)	(36.698)	(64.236)	-	(1.115)	(1.115)
Empréstimos e financiamentos, com os efeitos do <i>hedge</i>	426.783	3.398.387	3.825.170	492.843	2.828.530	3.321.373

b) Mutação dos empréstimos e financiamentos

	Controladora			Consolidado		
	Não		Total	Não		Total
	Circulante	circulante		Circulante	circulante	
Saldos em 01.01.2013	163.006	487.972	650.978	357.043	2.848.912	3.205.955
Ingressos	-	362.486	362.486	-	519.937	519.937
Incorporação CESS	49.858	426.828	476.686	-	-	-
Juros no resultado	39.563	-	39.563	203.981	-	203.981
Juros capitalizados	160	-	160	20.832	-	20.832
Variações monetárias	-	7.818	7.818	-	7.818	7.818
Variações cambiais	2.449	40.061	42.510	2.449	40.061	42.510
Remuneração de garantia	-	(3.809)	(3.809)	-	(3.809)	(3.809)
Ganho com liquidação antecipada	(49.126)	-	(49.126)	(49.126)	-	(49.126)
Ajuste a valor justo	-	(503)	(503)	-	(503)	(503)
Transferências	391.300	(391.300)	-	582.771	(582.771)	-
Amortização de principal	(209.375)	-	(209.375)	(405.654)	-	(405.654)
Amortização de juros	(44.496)	-	(44.496)	(219.453)	-	(219.453)
Saldos em 31.12.2013	343.339	929.553	1.272.892	492.843	2.829.645	3.322.488
Ingressos	-	1.056.522	1.056.522	16	1.057.916	1.057.932
Aquisição Ferrari	-	-	-	6.152	38.354	44.506
Juros no resultado	44.910	-	44.910	189.007	-	189.007
Juros capitalizados	16.744	-	16.744	17.776	-	17.776
Variações monetárias	141	9.422	9.563	141	9.422	9.563
Variações cambiais	29	80.222	80.251	29	80.222	80.251
Ajuste a valor justo	(15)	(13.101)	(13.116)	(15)	(13.101)	(13.116)
Transferências	417.850	(417.850)	-	567.373	(567.373)	-
Amortização de principal	(460.542)	-	(460.542)	(609.396)	-	(609.396)
Amortização de juros	(64.726)	-	(64.726)	(209.605)	-	(209.605)
Saldos em 31.12.2014	297.730	1.644.768	1.942.498	454.321	3.435.085	3.889.406

c) Principais transações realizadas em 2014

c.1) Aquisição da Ferrari Termoelétrica S.A.

Conforme comentado na Nota 12 – Investimentos, em fevereiro de 2014, a controlada TBLP adquiriu a totalidade do capital social da Ferrari Termoelétrica. O financiamento Direto com o BNDES e o Repasse do BNDES, através do Itaú BBA, na data da aquisição, totalizava R\$ 44.506.

c.2) Empréstimos em moeda estrangeira com *hedge*

Em 2014, a Companhia contratou empréstimos em dólares norte americano no valor total de US\$ 370.266, equivalente a R\$ 921.490. Os recursos foram destinados principalmente ao refinanciamento de dívidas que estavam vencendo e à implementação do plano de negócios da Companhia.

A Companhia, para proteger a totalidade dos fluxos de pagamentos futuros contra as oscilações do dólar norte americano, contratou operações de *swap* com as subsidiárias brasileiras das mesmas instituições financeiras concedentes dos empréstimos, com os mesmos valores e datas de vencimento dos juros e principal.

As principais condições dos empréstimos e das operações de *swap* são as seguintes.

Bancos	Mês	Valor		Empréstimo e posição ativa do <i>swap</i>	Posição passiva do <i>swap</i>	Vencimento
		US\$	R\$	Δ US\$ + Juros (a.a.)	Δ do CDI	
HSBC USA	Março	100.000	230.940	1,4294 %	97,0% do CDI	03.2016
HSBC USA	Outubro	80.266	200.000	1,7871 %	99,0% do CDI	10.2016
HSBC USA	Dezembro	50.000	128.320	1,8104%	98,6% do CDI	12.2016
Mizuho Bank	Dezembro	90.000	233.910	1,7260 %	96,02% do CDI	12.2016
Bank of Tokyo	Dezembro	50.000	128.320	114,2857% da Libor + 0,5486%	98,0% do CDI	12.2016
		<u>370.266</u>	<u>921.490</u>			

c.2) Empréstimo no BNDES

Em setembro de 2014, a Companhia contratou financiamento com o BNDES, no valor de R\$ 318.064, para a modernização das usinas Salto Santiago, Passo Fundo e Jorge Lacerda A.. Deste total, R\$ 273.414 terão juros equivalentes a TJLP + 2,26% e amortizações mensais de agosto de 2016 a julho de 2020; R\$ 42.850 pagarão juros fixos de 6% a.a. e amortizações mensais entre agosto de 2016 e julho de 2024; e R\$ 1.800 terão juros correspondentes a TJLP e amortizações mensais de agosto de 2016 a julho de 2020. Em novembro de 2014, foram liberados R\$ 127.000 referentes à parcela dos recursos destinados às usinas Salto Santiago e Passo Fundo.

c.3) Liquidação antecipada da dívida

Em novembro de 2014, a Companhia liquidou antecipadamente a totalidade de sua dívida em Euros contratadas junto ao BNP Paribas, pelo valor equivalente a R\$ 129.682.

d) Composição da dívida por indexadores e moeda

	Controladora				Consolidado			
	31.12.2014	%	31.12.2013	%	31.12.2014	%	31.12.2013	%
Moeda nacional								
TJLP	554.989	28,5	476.686	37,4	2.469.100	63,5	2.485.334	74,9
CDI	-	-	291.674	22,9	-	-	291.674	8,8
IPCA	160.710	8,3	151.017	11,9	160.710	4,1	151.017	4,5
Não indexado	16.966	0,9	13.409	1,1	49.763	1,3	54.357	1,6
	732.665	37,7	932.786	73,3	2.679.573	68,9	2.982.382	89,8
Moeda estrangeira								
Euro - sem <i>hedge</i>	-	-	129.427	10,2	-	-	129.427	3,9
Dólar - com <i>hedge</i> para o CDI	1.209.833	62,3	210.679	16,5	1.209.833	31,1	210.679	6,3
	1.209.833	62,3	340.106	26,7	1.209.833	31,1	340.106	10,2
Empréstimos e financiamentos	1.942.498	100,0	1.272.892	100,0	3.889.406	100,0	3.322.488	100,0

Os empréstimos em dólares norte americanos estão integralmente protegidos contra a variação cambial através de operação de *swap* para o CDI.

e) Taxas de juros e variação das moedas estrangeiras

	2014	2013
TJLP	5,0%	5,0%
CDI	10,8%	8,1%
IPCA	6,4%	5,9%
Dólar norte americano	13,4%	14,6%
Euro	0,02%	19,7%

f) Vencimentos dos empréstimos e financiamentos apresentados no passivo não circulante

	Controladora			Consolidado		
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total
2016	85.397	970.803	1.056.200	236.706	970.803	1.207.509
2017	103.984	-	103.984	255.560	-	255.560
2018	103.984	-	103.984	250.723	-	250.723
2019	103.984	-	103.984	249.272	-	249.272
2020	90.629	-	90.629	233.237	-	233.237
2021 a 2025	185.987	-	185.987	821.904	-	821.904
2026 a 2029	-	-	-	416.880	-	416.880
Empréstimos e financiamentos	673.965	970.803	1.644.768	2.464.282	970.803	3.435.085

g) Principais condições contratadas

Empresas / Bancos	Juros	Condições de pagamento		
		Vencimento	Principal e juros	Saldos em 31.12.2014
Controladora:				
Moeda nacional				
Nordic Investment Bank	IPCA + 3,55% a.a.	10.2022	Trimestrais	160.710
BNDES – Modernização	TJLP + 2,26% a.a. ^(a)	07.2020	Juros trimestrais até 08.2016 Mensais, a partir de 08.2016	126.687
BNDES – Usina São Salvador	TJLP + 2,7% a.a. ^(a)	10.2023	Mensais	141.829
Bancos (Repasse BNDES) ^(b)	TJLP + 3,25% a.a. ^(a)	10.2023	Mensais	286.473
Bancos (Repasse Finame)	2,91% a.a.	01.2023	Mensais	16.966
Moeda estrangeira (dólar)				
HSBC USA I	1,3882% a.a. comswap para 99,9% do CDI	08.2015	Principal: 08.2015 Juros: trimestrais	237.601
HSBC USA II	1,4294% a.a. comswap para 97% do CDI	03.2016	Principal: 03.2016 Juros: trimestrais	262.882
HSBC USA III	1,7871% a.a. comswap para 99% do CDI	10.2016	Principal: 10.2016 Juros: trimestrais	211.186
HSBC USA IV	1,8104% a.a. comswap para 98,6% do CDI	12.2016	Principal: 12.2016 Juros: trimestrais	132.441
Mizuho Bank	1,7260% a.a. comswap para 96,02% do CDI	12.2016	Principal: 12.2016 Juros: trimestrais	235.272
Bank of Tokyo	114,2857% Libor + 0,5486% a.a. comswap para 98% do CDI	12.2016	Principal: 12.2016 Juros: trimestrais	130.451
Controladas:				
Hidropower - Banco do Brasil	8,08% a.a.	10.2017	Mensais	11.312
Companhia Energética Estreito				
BNDES – Crédito Social	TJLP	06.2018	Mensais	17.779
BNDES	TJLP + 1,89% a.a. ^(a)	09.2029	Mensais	785.566
Bancos (Repasse BNDES) ^(b)	TJLP + 2,95% a.a. ^(a)	09.2029	Mensais	533.934
Ibitiúva				
BNDES (Subcrédito B)	4,5% a.a.	01.2020	Mensais	21.485
BNDES (Subcrédito A e C)	TJLP + 2,05% a.a. ^(a)	01.2021	Mensais	21.770
Ferrari				
BNDES	TJLP + 1,91% a.a. ^(a)	06.2021	Mensais	27.490
Bancos (Repasse BNDES) ^(b)	TJLP + 3,40% a.a. ^(a)	06.2021	Mensais	11.999
Beberibe - BNDES	TJLP + 3,5% a.a. ^(a)	12.2023	Mensais	79.906
Pedra do Sal – BNDES	TJLP + 1,92% a.a. ^(a)	12.2023	Mensais	53.848
Areia Branca – BNDES	TJLP + 2,5% a.a. ^(a)	06.2024	Mensais	45.122
Projeto Trairi ^(c) - BNDES	TJLP + 2,51% ^(a)	07.2029	Mensais	336.697

^(a) O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. é incorporado ao principal.

^(b) Os Bancos são os seguintes: Itaú Unibanco, Itaú BBA, Bradesco, Santander e Votorantim.

^(c) Financiamento do Projeto Trairí, composto pelas seguintes empresas: Trairí, Mundaú, Guajiru e Fleixeiros I.

h) Garantias

BNDES e Bancos (Repasse BNDES)

- **Financiamento de empreendimentos hidrelétricos:** (a) penhor de direitos emergentes da concessão; (b) penhor de direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica; (c) conta reserva em montante equivalente a três meses do serviço da dívida ou fiança bancária; (d) conta reserva em valor correspondente a três meses das despesas contratuais de operação e manutenção, aplicável às usinas que contratam serviços de terceiros para a execução dessas atividades; e (e) caução da totalidade das ações.

Além dessas garantias, no contrato com a CEE, há a garantia do penhor dos dividendos a serem pagos pela Tractebel Energia à sua controladora, GSELA.

- **Modernização:** cessão fiduciária das receitas provenientes de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado.

- **Financiamento da Usina São Salvador:** fiança bancária para a parcela do BNDES e conta centralizadora de recebíveis para os Bancos (Repasse BNDES).- **Financiamento de Projetos de Pequenas Centrais Hidrelétricas, Biomassa e Eólicos:** (a) alienação fiduciária de bens e equipamentos; (b) totalidade das ações representativas do capital social das controladas; (c) recebíveis e conta reserva; e (d) fiança corporativa da Tractebel Energia.

Banco do Brasil: (a) totalidade das ações representativas do capital social; (b) recebíveis e conta reserva; e (c) fiança corporativa da Tractebel Energia.

i) Compromissos contratuais (covenants)

Dívida	Covenants
Controladora:	
Nordic Investment Bank	Controladora: Dívida total/EBITDA $\leq 3,5$ Consolidado: Dívida Total/EBITDA $\leq 4,5$ Controladora e Consolidado: EBITDA/despesas financeiras $\geq 2,0$
BNDES – Modernização	Dívida líquida/EBITDA $\leq 3,5$
BNDES e Bancos (Repasse BNDES) – Usina São Salvador	Dívida bruta consolidada/EBITDA $\leq 4,5$
HSBC USA, Mizuho Bank e Bank of Tokyo	EBITDA/despesas financeiras consolidadas $\geq 2,0$ Dívida bruta consolidada/EBITDA $\leq 4,5$
Controladas:	
BNDES e Bancos (Repasse BNDES)	Índice de cobertura do serviço da dívida ¹⁵ $\geq 1,2$ ou $1,3$, dependendo da controlada
BNDES – Ibitiúva	Índice de endividamento geral $\leq 0,80$ Índice de cobertura do serviço da dívida $\geq 1,3$

¹⁵ Índice de cobertura do serviço da dívida: Geração de caixa da atividade / Serviço da dívida

Os compromissos financeiros estabelecidos nos contratos de empréstimos e financiamentos estão sendo cumpridos pela Companhia.

17 – DEBÊNTURES

a) Composição

	Controladora e Consolidado		
	31.12.2014	31.12.2013	
	Circulante	Não circulante	Circulante
2ª Emissão – série única		-	174.072
5ª Emissão – série única	442	162.884	-
	442	162.884	174.072

b) Mutação das debêntures

	Controladora e Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 01.01.2013	170.042	158.548	328.590
Juros	16.658	22	16.680
Variação monetária	8.574	5.040	13.614
Transferências	163.610	(163.610)	-
Amortização de principal	(162.276)	-	(162.276)
Pagamento de juros	(22.536)	-	(22.536)
Saldos em 31.12.2013	174.072	-	174.072
Ingresso	-	162.444	162.444
Juros	4.863	-	4.863
Variação monetária	6.101	440	6.541
Amortização de principal	(172.518)	-	(172.518)
Pagamento de juros	(12.076)	-	(12.076)
Saldos em 31.12.2014	442	162.884	163.326

Em maio de 2014, a Companhia pagou a terceira e última parcela no valor de R\$ 184.594.

Em dezembro de 2014, a Companhia emitiu 165.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de série única, da espécie quirografária, com valor nominal de R\$ 1, perfazendo o montante total de R\$ 165.000. Os recursos obtidos destinam-se à modernização das usinas Salto Santiago e Passo Fundo.

c) Principais condições contratadas

	Quantidade	Remuneração	Condições de Pagamento		Garantia
			Encargos	Principal	
5ª Emissão – série única	165.000	IPCA + 6,3% a.a.	Anualmente em dezembro	3 parcelas em 12.2022/23/24	Sem garantia

d) Compromissos financeiros contratuais (covenants)

Dívida	Covenants
5ª Emissão – série única	EBITDA/despesas financeiras consolidadas $\geq 2,0$ Dívida bruta consolidada/EBITDA $\leq 4,5$

Os *covenants* estão sendo integralmente cumpridos pela Companhia.

18 – CONCESSÕES A PAGAR

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Usina Hidrelétrica Cana Brava	668.763	587.992	668.763	587.992
Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra	588.631	524.297	588.631	524.297
Usina Hidrelétrica São Salvador	462.711	439.539	462.711	439.539
Usina Hidrelétrica Estreito	-	-	45.667	43.341
	1.720.105	1.551.828	1.765.772	1.595.169
Classificação no balanço patrimonial				
Passivo circulante	50.458	47.397	55.115	51.763
Passivo não circulante	1.669.647	1.504.431	1.710.657	1.543.406
	1.720.105	1.551.828	1.765.772	1.595.169

A Companhia possui contratos de concessão onerosa com a União Federal de Utilização do Bem Público (UBP) para a geração de energia nas usinas hidrelétricas Cana Brava, Ponte de Pedra, São Salvador e Estreito. As características dos negócios e dos contratos indicam a condição e intenção das partes de executá-los integralmente.

Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente com base em taxas de desconto de referência na data da assunção da obrigação, quais sejam: Cana Brava, São Salvador e Estreito - 10% a.a. e Ponte de Pedra - 8,3% a.a.

b) Valores originais contratados

Os valores originais, atualizados pela variação anual do IGP-M (Cana Brava e Ponte de Pedra) e do IPCA (Estreito e São Salvador), a seguir indicados, são pagos em parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) dos respectivos valores anuais abaixo informados.

Usinas e anos de pagamento	Valor original		Valor atualizado	
	Pagamento Anual	Pagamento Total	Pagamento Anual	Pagamento Total
Usina Hidrelétrica Cana Brava				
Até 31.07.2023	680	5.837	2.525	22.363
De 01.08.2023 a 31.07.2033	61.280	612.800	230.761	2.307.607
		618.637		2.329.970
Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra				
Até 30.09.2019	200	950	653	3.147
De 01.10.2019 a 30.09.2020	16.200	16.200	53.866	53.866
De 01.10.2020 a 30.09.2034	31.109	435.531	103.440	1.448.159
		452.681		1.505.172
Usina Hidrelétrica São Salvador				
Até 30.04.2037	20.000	448.333	49.486	1.126.892
Usina Hidrelétrica Estreito				
Até 31.12.2037	1.960	45.249	4.886	113.146

c) Mutação

	Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 01.01.2013	3.129	964.758	967.887	48.800	1.380.126	1.428.926
Juros	-	90.976	90.976	229	136.282	136.511
Variações monetárias	-	56.331	56.331	-	81.339	81.339
Incorporação CESS	44.135	395.404	439.539	-	-	-
Transferências	3.038	(3.038)	-	54.341	(54.341)	-
Amortizações	(2.905)	-	(2.905)	(51.607)	-	(51.607)
Saldos em 31.12.2013	47.397	1.504.431	1.551.828	51.763	1.543.406	1.595.169
Juros	-	147.944	147.944	-	152.229	152.229
Variações monetárias	-	70.463	70.463	-	73.268	73.268
Transferências	53.191	(53.191)	-	58.246	(58.246)	-
Amortizações	(50.130)	-	(50.130)	(54.894)	-	(54.894)
Saldos em 31.12.2014	50.458	1.669.647	1.720.105	55.115	1.710.657	1.765.772

d) Vencimentos das concessões a pagar apresentadas no passivo não circulante

	Controladora	Consolidado
2016	46.247	50.494
2017	42.050	45.911
2018	38.236	41.746
2019	43.761	46.952
2020	73.578	76.478
2021 a 2025	598.357	609.351
2026 a 2030	567.163	573.988
2031 a 2037	260.255	265.737
	1.669.647	1.710.657

19 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Imposto de renda	159.595	334.442	183.791	336.524
Contribuição social	40.807	103.412	45.717	104.553
	200.402	437.854	229.508	441.077
(-) Tributos a compensar	(667)	(6.267)	(1.044)	(6.911)
	199.735	431.587	228.464	434.166

20 – OUTRAS OBRIGAÇÕES FISCAIS E REGULATÓRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Pis e Cofins	9.140	11.765	12.805	12.581
INSS	4.404	3.184	4.966	3.955
ICMS	3.800	3.655	19.736	16.256
ISSQN	950	654	1.381	1.701
Royalties ¹⁶	27.912	28.896	32.321	32.894
Taxa de fiscalização	866	903	1.159	1.069
Outros	1.897	1.807	1.910	1.850
	48.969	50.864	74.278	70.306
(-) Tributos federais e estaduais a compensar	(6.900)	(7.065)	(7.293)	(7.379)
	42.069	43.799	66.985	62.927

¹⁶ Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos

21 – PROVISÃO PARA REMUNERAÇÕES E ENCARGOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Provisão para participação nos resultados e bônus	47.063	40.267	47.063	40.267
Provisão para férias	21.570	20.464	21.900	20.829
Provisão para gastos com demissão voluntária	2.426	2.408	2.426	2.408
Outras	520	618	520	618
	71.579	63.757	71.909	64.122

Em complemento ao pagamento de salário fixo, a Companhia mantém um sistema de remuneração variável, de periodicidade anual, que consiste em dois programas: (i) Programa de Participação nos Lucros ou Resultados - aplicável a todos os empregados da Companhia e atrelado aos resultados auferidos; e (ii) Programa de Bônus Gerencial - aplicável a todos os empregados enquadrados na carreira gerencial e vinculados aos resultados das suas áreas e ao seu desempenho individual.

22 – PROVISÕES CÍVEIS, FISCAIS E TRABALHISTAS

As ações e reclamações de naturezas cíveis, fiscais e trabalhistas que, na avaliação dos consultores jurídicos e da Administração da Companhia, se revestem de riscos prováveis de desembolso futuro estão provisionadas por valores julgados suficientes para a liquidação dos respectivos passivos.

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Cíveis				
Compra de combustível	89.338	-	89.338	-
Tarifa de uso do sistema de transmissão	-	79.745	-	79.745
Desapropriações	30.147	20.991	30.147	20.991
Contratos com fornecedores	28.317	26.661	28.317	26.661
Benefícios de aposentadoria	13.427	12.072	13.427	12.072
Ambientais	10.964	9.117	10.964	9.117
Ações diversas	11.220	12.922	13.689	15.077
	183.413	161.508	185.882	163.663
Fiscais				
INSS	2.296	16.904	2.296	16.904
Outros	2.051	3.901	2.765	4.491
	4.347	20.805	5.061	21.395
Trabalhistas	10.880	9.646	11.529	9.914
Total	198.640	191.959	202.472	194.972
Classificação no balanço patrimonial				
Passivo circulante	13.957	14.305	15.046	15.136
Passivo não circulante	184.683	177.654	187.426	179.836
	198.640	191.959	202.472	194.972

a.1) Compra de combustível

A provisão decorre de disputa judicial com fornecedor de combustível em função de divergência quanto à aplicação dos termos da legislação vigente, no que se refere à definição do preço de combustível. A Companhia adotou uma posição prudente quanto ao provisionamento visto que: (i) o processo ainda se encontra em estágio inicial de tramitação, (ii) o mérito da Ação ainda não foi julgado na instância de 1º grau onde tramita, e (ii) não há jurisprudências em ações similares.

a.2) Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST)

A ação visa à revisão da TUST da usina Ponte de Pedra para o montante equivalente ao cobrado de usina com características básicas semelhantes e localizada na mesma região. A Companhia obteve sentença de mérito parcialmente favorável, o que motivou a alteração da avaliação do risco de perda para remoto. Desta forma, no quarto trimestre de 2014, a Companhia reverteu a provisão até então constituída e deixou de constituir novas provisões para a cobertura de eventuais perdas. A Aneel e alguns agentes envolvidos apelaram da decisão para o Tribunal de Justiça.

a.3) Desapropriações

A Companhia possui algumas ações judiciais impetradas por pessoas físicas e jurídicas que versam sobre os processos de desapropriações de áreas atingidas por reservatórios de determinadas usinas.

a.4) Contratos com fornecedores

O valor provisionado se refere, principalmente, à ação de indenização ajuizada por antigo fornecedor de energia requerendo o direito ao recebimento de diferença relativo à aplicação de reajuste cambial previsto no contrato, bem como a rescisão do mesmo por suposto descumprimento de cláusula contratual.

Em novembro de 2012, foi proferida sentença julgando improcedente o pedido do reclamante, o qual se opôs à sentença, via Embargos de Declaração, que não foram acolhidos, e interpôs Recurso de Apelação para o Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), onde se aguarda a designação de relator. O montante relacionado a essa causa em 31.12.2014 é de R\$ 25.981 (R\$ 23.665 em 31.12.2013), na controladora e no consolidado.

a.5) Benefício de aposentadoria

A provisão se refere, substancialmente, à ação ajuizada contra a Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (ELOS) e a Eletrosul Centrais Elétricas S.A. (Eletrosul), por participantes da fundação, por meio da qual requerem a declaração de nulidade ou, alternativamente, que sejam declaradas ineficazes as opções por eles exercidas no sentido de limitar as contribuições para a fundação aos seus salários de contribuição, que resultou na redução dos seus benefícios de aposentadoria.

A decisão de primeiro grau, confirmada pelo TJSC, é contrária aos interesses da Eletrosul e ELOS. Em 2011, a Companhia firmou um acordo com a maior parte dos reclamantes. Para cobrir os riscos relativos à parcela dos reclamantes que não aderiram ao citado acordo, a Companhia mantém provisão de R\$ 13.004 em 31.12.2014 (R\$ 11.689 em 31.12.2013), na controladora e no consolidado.

a.6) Ambientais

A Companhia responde atualmente a quinze ações civis públicas ambientais. Os objetos dessas ações estão divididos da seguinte forma: (i) três ações para a implantação de eclusa, escada para peixes e “destoca”; (ii) oito ações requerendo a implantação de reflorestamento e constituição de Área de Preservação Permanente (APP) de 100 metros no entorno dos reservatórios de duas usinas; e (iii) outras ações relativas a supostos danos causados pelo enchimento do reservatório de uma usina, ao despejo de cinzas em áreas supostamente inadequadas, à influência da operação de usina em um rio, e ao processo de licenciamento ambiental de duas Pequenas Centrais Hidrelétricas.

a.7) Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

A provisão se refere, principalmente, a uma Notificação Fiscal pelo não recolhimento da contribuição adicional ao Seguro de Acidente de Trabalho (SAT), nas competências de abril de 1999 a março de 2004, em razão de suposta ausência de comprovação de fator de risco relacionado com o ambiente de trabalho.

Em novembro de 2014, a Companhia formalizou a desistência da Ação e aderiu ao “Reabertura do Refis da Copa”, quitando o débito pelo montante de R\$ 10.400, através de compensação com os depósitos judiciais vinculados à presente Ação, com redução integral da multa de mora e encargos, e parcial dos juros.

a.8) Ações trabalhistas

Referem-se a ações trabalhistas em andamento movidas por ex-empregados, sindicatos ou por trabalhadores de empresas terceirizadas, cujos objetos correspondem, principalmente, a pedidos de vínculo empregatício, FGTS, horas extraordinárias, complementação de benefício na Previdência Complementar e indenizações diversas.

b) Mutação das provisões

	Controladora			
	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Total
Saldos em 01.01.2013	136.687	20.962	9.794	167.443
Adições	19.080	1.694	1.882	22.656
Atualizações	21.286	745	950	22.981
Incorporação CESS	141	107	-	248
Pagamentos	(8.198)	(95)	(160)	(8.453)
Reversões por revisão	(7.488)	(2.608)	(2.820)	(12.916)
Saldos em 31.12.2013	161.508	20.805	9.646	191.959
Adições	100.945	557	1.920	103.422
Atualizações	19.537	1.113	802	21.452
Pagamentos	(4.805)	(10.814)	(208)	(15.827)
Reversões por revisão	(93.772)	(7.314)	(1.280)	(102.366)
Saldos em 31.12.2014	183.413	4.347	10.880	198.640

	Consolidado			
	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Total
Saldos em 01.01.2013	140.759	22.728	11.233	174.720
Adições	17.343	1.815	2.037	21.195
Atualizações	21.677	759	950	23.386
Pagamentos	(8.389)	(95)	(347)	(8.831)
Reversões por revisão	(7.727)	(3.812)	(3.959)	(15.498)
Saldos em 31.12.2013	163.663	21.395	9.914	194.972
Adições	101.409	560	3.209	105.178
Atualizações	19.771	1.237	807	21.815
Pagamentos	(4.934)	(10.817)	(241)	(15.992)
Reversões por revisão	(94.027)	(7.314)	(2.160)	(103.501)
Saldos em 31.12.2014	185.882	5.061	11.529	202.472

c) Riscos possíveis e remotos

A Companhia é parte em outros processos judiciais que na avaliação de seus consultores jurídicos e da Administração da Companhia não apresentam risco provável de desembolso futuro. Os valores relativos a esses processos não são provisionados, sendo os mais importantes a seguir explicados.

	31.12.2014			31.12.2013		
	Risco possível	Risco remoto	Total	Risco possível	Risco remoto	Total
Controladora						
Fiscais	230.001	100.803	330.804	227.760	271.796	499.556
Cíveis	18.355	94.160	112.515	16.409	455	16.864
Trabalhistas	5.690	28.857	34.547	8.098	23.932	32.030
	254.046	223.820	477.866	252.267	296.183	548.450
Consolidado						
Fiscais	297.505	111.838	409.343	290.421	285.120	575.541
Cíveis	41.827	95.326	137.153	42.550	607	43.157
Trabalhistas	6.787	28.857	35.644	10.103	23.932	34.035
	346.119	236.021	582.140	343.074	309.659	652.733

c.1) Riscos fiscais

Os principais riscos de natureza fiscal avaliados pela Companhia e seus assessores jurídicos como sendo de risco possível são os seguintes:

- Denúncia espontânea

O Código Tributário Nacional (CTN) contém dispositivo que permite o recolhimento de tributos em atraso sem a aplicação de multa de mora, através de “denúncia espontânea”, desde que efetuado antes de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização. Ocorre que a Receita Federal do Brasil (RFB) não vem aceitando recolhimentos fora do prazo sem a correspondente multa de mora.

Para garantir seu direito legal, a Companhia apresenta impugnações administrativas e, quando necessário, judiciais. Em 18.05.2012, a RFB cientificou a Companhia de Acórdão proferido pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), conferindo decisão favorável à Companhia, por unanimidade de votos.

A discussão envolvia o valor de R\$ 495. Apesar do valor não ser muito expressivo, a decisão é importante como novo precedente administrativo, o que poderá dispensar a busca do judiciário para garantia do direito legal da Companhia nos novos processos.

O montante das notificações atualizadas, cujo risco de perda é avaliado como possível, em 31.12.2014 é de R\$ 61.153 (R\$ 57.927 em 31.12.2013), na controladora e no consolidado.

- Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS)

A Companhia e sua controlada Tractebel Energia Comercializadora Ltda. (TBLC) foram autuadas pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, sob a alegação de que as notas fiscais de venda de energia elétrica a consumidores livres são emitidas no mês seguinte ao do fato gerador. Pelo entendimento do fisco, essa prática posterga em um mês o recolhimento do imposto devido ao Estado.

A medição da energia utilizada pelo cliente é realizada pela distribuidora à qual o mesmo está conectado. Posteriormente, a distribuidora remete as informações para a CCEE, entidade responsável pelos ajustes dessa medição, a fim de possibilitar a contabilização da energia comercializada pelo agente.

O procedimento de medição é concluído até o oitavo dia do mês seguinte ao fornecimento, portanto, somente a partir da disponibilização do consumo medido pela distribuidora é possível faturar a energia consumida pelo cliente.

Assim, o procedimento adotado pela Companhia e pela TBLC estaria de acordo com a prática usual do Setor Elétrico Nacional, não merecendo prosperar o entendimento do fisco do Estado de São Paulo.

Em relação aos processos administrativos, a TBLC não logrou êxito no julgamento de 1ª instância, e, após o recurso ao Tribunal de Impostos e Taxas, houve a redução do montante e da multa em um processo e manutenção dos valores originalmente atribuídos ao outro. Após essa decisão, a TBLC ingressou com pedido de retificação e admissibilidade do Recurso Especial nos dois processos. Para ambos foi negado provimento, bem como indeferido o Recurso.

A TBLC então ingressou com Ação judicial, inclusive garantindo em juízo por meio de fiança bancária, sendo concedidas liminares. Em decisão de mérito, em primeira instância, houve a redução da multa aplicada de 150% para 80%, tendo sido protocolizado recurso de apelação. O total discutido na ação é de R\$ 32.967.

Existem, também, dois processos aplicados à Tractebel Energia, sendo que em ambos houve a redução do valor da multa, porém a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo ingressou com recurso contra esta redução. Diante desta situação, a Companhia interpôs um pedido de retificação do julgado e recurso especial com o objetivo de obter decisão integral favorável ao cancelamento das inscrições descritas nos autos aos quais, em 04.09.2014, foram negados provimentos encerrando a atuação na esfera administrativa. A parcial procedência das defesas administrativas acarretou a redução das autuações no montante de R\$ 11.016. O processo administrativo retornou ao órgão de origem, tendo a TBLE sido intimada para pagamento sob pena de inscrição na Dívida Ativa, tendo sido ingressada Ação Anulatória em dezembro de 2014. Os referidos autos de infração contestados pela Companhia totalizam R\$ 14.143.

Apesar do êxito parcial das defesas apresentadas pela Companhia, a administração e seus consultores entendem que a totalidade dos lançamentos dos débitos pelo fisco está comprometida por erro de apuração e embasamento legal, onde a possibilidade de ganho supera o risco de perda.

Os referidos autos de infração estão sendo contestados pela Companhia juntamente com seus advogados. O montante atualizado desses autos, avaliado como de risco de perda possível, em 31.12.2014 é de R\$ 14.143 (R\$ 16.389 em 31.12.2013), na controladora, e de R\$ 47.110 (R\$ 63.230 em 31.12.2013), no consolidado.

Ainda que eventualmente se mantenham parcialmente os autos de infração, a Administração da Companhia e seus advogados entendem que o passivo contingente seria inferior a 10% do volar acima citado, lançado pela fiscalização, que adotou critérios de apuração sem embasamento legal, o que reduziria substancialmente o valor anteriormente informado.

- Compensação de base negativa na sucessão e dispensa de multa em denúncia espontânea

A Companhia utilizou base negativa de CSLL provenientes de incorporação de empresa, ocorrida em 29.04.1998, em data posterior à modificação introduzida na legislação tributária no ano de 2001, que vedou a utilização de bases negativas decorrentes de incorporação, fusão ou cisão de empresas.

Como a incorporação se deu muito antes da vedação imposta pela referida MP, quando ainda era possível aproveitar a base negativa de CSLL da sucedida, a Companhia entende que a nova regra não alcança a incorporação levada a efeito. Os valores foram integrados ao seu patrimônio, na qualidade de sucessora, o que lhe garante o direito de utilizá-los. Tais argumentos foram acatados pela Delegacia de Julgamento de Florianópolis.

Ademais, o fisco exigiu o pagamento de tributos quitados em atraso pela Companhia sem a incidência de multa, através de compensação com créditos tributários existentes, com fundamento no instituto da denúncia espontânea prevista no artigo 138 do CTN. No que respeita a essa ação, antes de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, a Companhia entende que tal situação se enquadra no instituto da denúncia espontânea prevista no artigo 138 do CTN. Contudo, tal entendimento não foi acatado pela Delegacia de Julgamento de Florianópolis.

Em junho de 2008, a Companhia obteve decisão favorável da Delegacia de Julgamento em Florianópolis, relativamente à parte do auto de infração que faz referência à utilização de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) no ano-calendário de 2003, originada de operação de incorporação.

O processo encontra-se em tramitação no CARF, por parte da RFB, e com recurso voluntário da Companhia versando exclusivamente acerca da questão da não incidência da multa de mora. O montante atualizado dessa autuação, cujo risco de perda foi avaliado como possível, em 31.12.2014 é de R\$ 32.130 (R\$ 30.736 em 31.12.2013), na controladora e no consolidado.

- Recuperação de Pis e Cofins

Em 1998 foi publicada a Lei nº 9.718/98, ampliando a base de cálculo do Pis e da Cofins que, até então, incidiam apenas sobre o faturamento das empresas.

A Companhia questionou judicialmente a constitucionalidade da referida Lei, logrando êxito na demanda, em 01.09.2006, o que lhe permitiu compensar as contribuições calculadas sobre as receitas diversas das decorrentes de faturamento, relativamente ao período de apuração de fevereiro de 1999 a novembro de 2002, para o Pis, e de fevereiro de 1999 a janeiro de 2004, para a Cofins.

O principal valor computado na base de cálculo do Pis e da Cofins, objeto de questionamento, referia-se à rubrica contábil denominada “Receita de Subvenção CCC”, destinada ao registro do consumo de combustível fóssil adquirido com recursos da Conta de Consumo de Combustível (CCC)”.

Os combustíveis fósseis para geração de energia termoeletrica são adquiridos com recursos da CCC, sob a administração da Eletrobras, não representando, portanto, ônus para as geradoras.

A sistemática de contabilização prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico definia que o consumo de tais combustíveis fosse reconhecido como custo de operação em contrapartida de receita de Subvenção CCC.

Ao constatar que a forma de contabilização não era adequada, porquanto, o combustível não constituía ônus das geradoras, não sendo apropriado seu reconhecimento como custo e, concomitantemente, receita, a Aneel procedeu à alteração do Manual de Contabilidade para, a partir do exercício social de 2006, refletir a contrapartida em conta retificadora dos custos de operação e não mais como receita. Essa alteração está fortemente fundamentada em Notas Técnicas emitidas por aquela Agência.

Em razão do reconhecimento, pela Aneel, de que o procedimento contábil até então adotado estava inadequado e, conseqüentemente, a base de cálculo do Pis e da Cofins continha valores que não possuíam natureza de receita, a Companhia compensou, também, os valores recolhidos a maior relativamente ao período de 2004 a 2005.

Em 2009, a Receita Federal do Brasil (RFB) intimou a Companhia a recolher o valor de R\$ 135.982 referente ao período de fevereiro de 1999 a janeiro de 2004, já incluídos os juros e multas, alegando que a Subvenção CCC representa faturamento, sendo obrigatória a sua inclusão na base de cálculo do Pis e da Cofins no período mencionado e que, portanto, era indevida a compensação efetuada. A Companhia apresentou Manifestação de Inconformidade em 31.03.2009. Esta contingência vinha sendo avaliada como de risco remoto até o seu trânsito em julgado, conforme a seguir mencionado.

Em 23.06.2014, a RFB, deu ciência do Acórdão, de 30.04.2014, da Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Florianópolis (DRJ), cujo teor deu provimento a Manifestação de Inconformidade interposta pela Companhia, reconhecendo o direito creditório discutido nos autos, no qual as compensações foram homologadas em sua integralidade, resultando na total extinção dos débitos, com o arquivamento dos autos. Em virtude da decisão, os registros que vinham sendo apresentados como de risco remoto, cujo montante atualizado em 23.06.2014 era de R\$ 160.330 (R\$ 157.891 em 31.12.2013), na controladora e no consolidado, deixaram de ser mencionados nas notas explicativas.

Em relação ao período compreendido entre fevereiro de 2004 e dezembro de 2005, a RFB expediu 44 autos de infração, cujo montante, em 31.12.2014, é de R\$ 110.757 (R\$ 95.927 em 31.12.2013), que corresponde a uma parte do valor compensado, sob a alegação de que, não obstante a alteração introduzida no Manual de Contabilidade pela Aneel, o consumo de combustível fóssil de responsabilidade da CCC tem natureza de receita. A companhia apresentou manifestação de inconformidade em relação a todos os processos.

Dos 44 processos, 1 processo foi julgado favorável a Empresa por unanimidade de votos do colegiado, que anulou o Despacho Decisório, no valor de R\$ 117, e 35 processos encontram-se no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), que já julgou 11 processos, no montante de R\$ 7.107, pela manutenção do lançamento do fisco. Os processos pendentes de julgamento no CARF totalizam R\$ 76.713. Considerando que o CARF consignou entendimento em desacordo com o princípio da verdade material, negando a análise de documentos acostados aos autos que comprovariam a regularidade das informações prestadas ao Fisco Federal e a inexistência de receita nos lançamentos contábeis, em dissonância com entendimento jurisprudencial pacífico firmado naquela corte, a Companhia ingressou com Recurso Especial na Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF). Os 8 processos remanescentes, no montante de R\$ 26.820, aguardam decisão da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Florianópolis (DRJ).

Na avaliação da administração e dos consultores jurídicos da Companhia, os argumentos da Receita Federal do Brasil não procedem, porquanto o conceito atribuído à sistemática da Subvenção da CCC, para fins de contabilização de combustíveis fósseis consumidos pelos agentes geradores de energia elétrica não era compatível com a natureza jurídica de receita.

Dessa forma, em relação ao primeiro período retro comentado, no valor de R\$ 110.757 em 31.12.2014 (R\$ 95.927 em 31.12.2013), cujo mérito está associado à não caracterização da contrapartida do lançamento contábil referente ao consumo de combustíveis fósseis de responsabilidade da CCC como faturamento, a administração e os consultores jurídicos da Companhia consideram que o risco de perda é remoto.

No que concerne a este segundo período, em que o mérito está associado a não caracterização do lançamento contábil como receita, em razão do julgamento desfavorável, a Companhia manteve os processos já classificados como risco possível e reclassificou 14 processos anteriormente definidos como de risco remoto para risco possível, totalizando o montante de R\$ 73.928.

23 - OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA

A Companhia oferece planos de benefícios de previdência aos seus empregados, através da PREVIG - Sociedade de Previdência Complementar. A PREVIG é uma entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, patrocinada pela Companhia, na condição de sua Instituidora, e por outras empresas do grupo GDF SUEZ estabelecidas no Brasil. Os planos de benefícios administrados pela PREVIG são de Contribuição Definida (CD) e de Benefício Definido (BD), este último fechado para novas adesões.

A Companhia patrocina ainda o plano BD da Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (ELOS), também fechado para novas adesões. Esse plano tem como participantes, principalmente, os aposentados que entraram em gozo de benefícios até 23.12.1997, data da cisão da Eletrosul, bem como os participantes que optaram pelo benefício proporcional diferido até aquela data, que não migraram para a PREVIG. As principais características dos planos administrados pela Companhia são as seguintes:

a) Plano de Benefício Definido (BD)

O plano BD tem o regime financeiro de capitalização para os benefícios de aposentadoria, pensão e auxílios. O custeio do plano de benefícios é coberto por contribuições dos participantes e da patrocinadora. A contribuição da Companhia corresponde a duas vezes a contribuição de seus empregados. Os benefícios previstos nesse plano são os seguintes: (i) Complementação de aposentadoria por tempo de serviço, por invalidez e por idade; (ii) Complementação de aposentadoria especial e de ex-combatente; (iii) Complementação de pensão; (iv) Complementação de auxílio reclusão; (v) Abono anual; e (vi) Auxílio funeral.

Atualmente, na PREVIG, esse plano possui 68 participantes em 31.12.2014 (71 em 31.12.2013), dos quais 21 estão no plano BD e 47 no plano BSPS (a seguir especificado). Já na ELOS, esse plano possui 4 participantes em 31.12.2014 e 31.12.2013.

Em 31.12.2014, a PREVIG tinha 470 (468 em 31.12.2013) aposentados e pensionistas em gozo de benefícios e a ELOS 2.186 (2.200 em 31.12.2013).

As despesas administrativas das fundações de responsabilidade da Companhia em 2014, na Previg e na Elos, foram de R\$ 1.526 (R\$ 1.693 em 2013) e R\$ 2.346 (R\$ 2.411 em 2013), respectivamente.

b) Plano de Benefício Suplementar Proporcional Saldado (BSPS)

A Companhia mantém ainda um plano de contribuição definida (CD) na PREVIG, denominado “Prevflex”, que foi instituído em 2005. Aos empregados da Tractebel Energia na data de sua instituição foi permitido escolher entre permanecer no plano de benefícios definidos (BD) ou ser transferido para o “Prevflex” (CD).

Entretanto, para os participantes que atendessem a algumas pré-condições estabelecidas quando da criação do Prevflex, houve a opção de manter as reservas existentes naquela data no plano BD e, daí em diante, efetuar as contribuições diretamente no plano CD. Esse Plano foi denominado “BSPS”, que está fechado para novas adesões. Porém, caso optassem por transferir suas reservas diretamente para o plano CD, teriam direito a uma contribuição especial, o que foi aceito por 94% dos participantes.

c) Composição das obrigações com benefícios de aposentadoria

	Controladora e Consolidado					
	31.12.2014			31.12.2013		
		Não			Não	
	Circulante	circulante	Total	Circulante	circulante	Total
Obrigações contratadas	6.357	83.344	89.701	21.535	55.548	77.083
Contribuição e custo do serviço corrente	175	257	432	872	-	872
Déficit não contratado	42.267	150.518	192.785	6.444	134.120	140.564
Passivo atuarial registrado	48.799	234.119	282.918	28.851	189.668	218.519

As obrigações com benefícios de aposentadorias reconhecidas no balanço patrimonial estão parcialmente cobertas por obrigações contratadas e/ou reconhecidas através de instrumento de confissão de dívida e de termo de acordo firmados pela Companhia com as respectivas Fundações.

As dívidas contratadas são atualizadas pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) e, sobre as mesmas, incidem juros de 6% a.a. A expectativa de liquidação dos valores contratados apresentados no passivo não circulante é a seguinte:

	ELOS	PREVIG	Total
2016	4.146	2.156	6.302
2017	4.395	2.285	6.680
2018	4.659	2.422	7.081
2019	4.939	2.568	7.507
2020	5.235	2.722	7.957
2021 a 2025	24.460	6.041	30.501
2026 a 2030	15.633	-	15.633
2031 a 2032	1.683	-	1.683
	65.150	18.194	83.344

d) Demonstrativo das obrigações com benefícios de aposentadoria, líquidas

	Planos			GC	Total
	ELOS BD	PREVIG BD	PREVIG BSPS		
31.12.2013					
Valor presente das obrigações	1.059.918	247.199	43.740	2.646	1.353.503
Valor justo dos ativos	(849.892)	(241.352)	(47.147)	-	(1.138.391)
Avaliação Atuarial	210.026	5.847	(3.407)	2.646	215.112
Superávit não reconhecido	-	-	3.407	-	3.407
Passivo registrado em 31.12.2013	210.026	5.847	-	2.646	218.519
31.12.2014					
Valor presente das obrigações	1.172.384	280.076	49.278	2.555	1.504.293
Valor justo dos ativos	(911.897)	(271.675)	(56.286)	-	(1.239.858)
Avaliação Atuarial	260.487	8.401	(7.008)	2.555	264.435
Complemento com obrigações contratadas	-	9.947	8.536	-	18.483
Passivo registrado em 31.12.2014	260.487	18.348	1.528	2.555	282.918

e) Composição dos ativos dos planos por natureza de investimentos, em 31.12.2014

	Planos		
	ELOS BD	PREVIG BD	PREVIG BSPS
Renda fixa	84,7%	97,3%	100,0%
Renda variável	8,6%	0,9%	-
Empréstimos	2,7%	1,8%	-
Imóveis	2,4%	-	-
Outros	1,6%	-	-
	100,0%	100,0%	100,0%
Variações do valor de mercado dos ativos	4,8%	6,6%	5,0%

Os ativos de renda fixa são compostos, predominantemente, por Títulos Públicos Federais, substancialmente, as Notas do Tesouro Nacional (NTN).

f) Mutação do passivo atuarial

	Planos			GC	Total
	ELOS BD	PREVIG BD	PREVIG BSPS		
Passivo em 01.01.2012	235.103	(705)	10.202	2.661	247.261
Contribuição e custo do serviço corrente	-	(1.576)	(145)	(223)	(1.944)
Pagamentos de obrigações contratadas	(21.669)	(3.482)	(369)	-	(25.520)
Juros líquidos sobre passivo/ativo atuarial líquido	20.092	(248)	619	184	20.647
Perdas (Ganhos) na remensuração do passivo líquido:					
Ajuste pela experiência	78.059	18.681	997	419	98.156
Mudanças nas premissas financeiras	(336.531)	(90.620)	(25.760)	(395)	(453.306)
Retorno sobre os ativos inferior à taxa de desconto	234.972	92.503	11.049	-	338.524
Mudanças nos limites de superávit e déficit	-	(8.706)	3.407	-	(5.299)
	(23.500)	11.858	(10.307)	24	(21.925)
Passivo registrado em 31.12.2013	210.026	5.847	-	2.646	218.519
Contribuição e custo do serviço corrente	(2.891)	(1.350)	(8)	(171)	(4.420)
Pagamentos de obrigações contratadas	(25.605)	(3.113)	(300)	-	(29.018)
Juros líquidos sobre passivo/ativo atuarial líquido	26.778	957	(31)	249	27.953
Perdas (Ganhos) na remensuração do passivo líquido:					
Ajuste pela experiência	13.211	2.935	(950)	(234)	14.962
Mudanças nas premissas financeiras	75.556	21.596	3.417	65	100.634
Retorno sobre os ativos superior à taxa de desconto	(36.588)	(18.471)	(5.729)	-	(60.788)
Mudanças nos limites de superávit e déficit	-	9.947	5.129	-	15.076
	52.179	16.007	1.867	(169)	69.884
Passivo registrado em 31.12.2014	260.487	18.348	1.528	2.555	282.918

g) Despesas líquidas a serem reconhecida no resultado ao longo do ano de 2015

	Planos			GC	Total
	ELOS BD	PREVI G BD	PREVI G BSPS		
Custo do serviço corrente	-	45	-	93	138
Juros sobre os passivos, líquidos dos ativos	27.468	1.690	145	233	29.536
Despesas líquidas	27.468	1.735	145	326	29.674

h) Premissas atuariais adotadas

Premissas	31.12.2014	31.12.2013
Taxa de desconto e de retorno implícito (a.a.)		
Planos de benefícios BD(ELOS) e BD (PREVIG)	11,4%	12,2%
Planos de benefícios BSPS	11,5%	12,2%
Inflação	5,4%	5,4%
Crescimento salarial futuro (a.a.)	5,4%	5,4%
Crescimento dos benefícios (a.a.)	5,4%	5,4%
Fator de capacidade (Salários e Benefícios)	100,0%	100,0%

Hipóteses	31.12.2014	31.12.2013
Tábua de Mortalidade (ativos)		
Plano BDElos	AT 2000 Básica (por sexo)	AT 2000 (por sexo)
Plano BDe BSPS Previge e Confidencialidade	AT-2000 Masculina (suavizada 10%)	AT 2000 (por sexo)
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-1983 Masculina	RP 2000 <i>Disabled</i>
Tábua de Entrada em Invalidez	Light Média	Watson Wyatt 1985
Tábua de Rotatividade	Nula	T-1 <i>Service Table</i>
% de ativos casados na data da aposentadoria	90	90
Idade de Aposentadoria	1ª data a completar todas as carências	1ª data a completar todas as carências
Diferença de idade entre participante e cônjuge	Esposas são 4 anos mais jovens que os maridos	Esposas são 4 anos mais jovens que os maridos
Fator de conversão de aposentadoria especial em tempo de serviço (SB-40)	140%	140%
Participantes que optaram pelo SB-40	100%	100%

i) Análise de sensibilidade preparada pelos atuários

	Planos			GC
	ELOS BD	PREVIG BD	PREVIG BSPS	
Efeito no valor presente das obrigações				
Aumento de 0,1 p.p. na taxa de desconto	(9.691)	(2.618)	(500)	(9)
Redução de 0,1 p.p. na taxa de desconto	9.838	2.663	508	9

j) Benefício de gratificação de confidencialidade

Consiste no pagamento de uma remuneração aos empregados da carreira gerencial, por ocasião do término do seu vínculo empregatício.

k) Plano de Contribuição Definida (CD)

Além do plano de benefício definido, a PREVIG administra o plano tipo contribuição definida, onde o custeio dos benefícios é constituído por contribuições dos participantes e da patrocinadora. A contribuição da Companhia corresponde ao mesmo valor da contribuição básica de seus empregados. As despesas administrativas de responsabilidade da Companhia no exercício de 2014 foram de R\$ 2.733 (R\$ 2.065 em 2013).

24 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativo e passivo, estão apresentados de forma líquida, conforme segue:

a) Composição

Natureza dos créditos	Controladora				
	31.12.2014				31.12.2013
	Base de cálculo	IR	CS	Total	Total
Passivo:					
Custo atribuído ao imobilizado (valor justo)	785.262	196.316	70.674	266.990	288.059
Depreciação acelerada	281.371	70.343	25.323	95.666	16.028
Venda no MAE (atual CCEE) não realizada	107.456	26.864	9.671	36.535	36.535
Ganhos não realizados em operações de <i>hedge</i>	77.857	19.464	7.007	26.471	48.076
Ajuste a valor justo em combinação de negócios	43.549	10.887	3.919	14.806	15.557
Outros	17.724	4.431	1.595	6.026	-
Subtotal		328.305	118.189	446.494	404.255
Ativo:					
Obrigações com benefícios de aposentadoria	193.194	48.299	17.387	65.686	38.899
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	190.717	47.679	17.165	64.844	62.455
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	129.192	32.298	11.627	43.925	44.815
Remuneração das Imobilizações em Curso (RIC)	106.095	26.524	-	26.524	30.928
Provisão para redução ao valor recuperável	61.699	15.425	5.553	20.978	25.295
Ajuste a valor justo em combinação de negócios	93.501	23.375	8.415	31.790	30.626
Provisão para PDV ¹⁷ e bônus gerencial	25.317	6.329	2.279	8.608	5.958
Outros	19.489	4.872	1.755	6.627	24.237
Subtotal		204.801	64.181	268.982	263.213
Valor líquido		123.504	54.008	177.512	141.042

¹⁷ Programa de Demissão Voluntária

Natureza dos créditos	Consolidado				
	31.12.2014				31.12.2013
	Base de cálculo	IR	CS	Total	Total
Passivo:					
Custo atribuído ao imobilizado (valor justo)	785.262	196.316	70.674	266.990	288.059
Depreciação acelerada	369.476	92.370	33.252	125.622	42.044
Transação no MAE (atual CCEE) não realizada	107.456	26.864	9.671	36.535	36.535
Ganhos não realizados em operações de <i>hedge</i>	105.630	26.407	9.507	35.914	48.076
Ajuste a valor justo em combinação de negócios	43.549	10.887	3.919	14.806	15.557
Outros	17.724	4.431	1.595	6.026	-
Subtotal		357.275	128.618	485.893	430.271
Ativo:					
Obrigações com benefícios de aposentadoria	193.194	48.299	17.387	65.686	38.899
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	193.314	48.329	17.398	65.727	63.330
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	131.327	32.832	11.819	44.651	45.535
Remuneração das Imobilizações em Curso (RIC)	106.095	26.524	-	26.524	30.928
Provisão para redução ao valor recuperável	61.699	15.425	5.553	20.978	25.295
Ajuste a valor justo em combinação de negócios	93.501	23.375	8.415	31.790	30.626
Custo atribuído ao imobilizado (valor justo)	41.282	10.321	3.715	14.036	14.968
Provisão para PDV e bônus gerencial	25.317	6.329	2.279	8.608	5.958
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	10.277	2.569	925	3.494	-
Outros	22.754	5.688	2.084	7.772	28.644
Subtotal		219.691	69.575	289.266	284.183
Valor líquido		137.584	59.043	196.627	146.088
Classificação no balanço patrimonial					
Passivo		149.263	63.244	212.507	163.663
Ativo ¹⁸		(11.679)	(4.201)	(15.880)	(17.575)
Total		137.584	59.043	196.627	146.088

¹⁸ Valor apresentado na rubrica “Outros ativos não circulantes”

b) Mutação do imposto de renda e da contribuição social diferidos, líquidos

	Controladora	Consolidado
Saldos em 01.01.2013	183.673	182.438
Incorporação CESS	14.786	-
Impostos diferidos no resultado	(64.872)	(43.805)
Impostos diferidos nos outros resultados abrangentes	7.455	7.455
Saldos em 31.12.2013	141.042	146.088
Impostos diferidos no resultado	60.231	64.858
Impostos diferidos nos outros resultados abrangentes	(23.761)	(14.319)
Saldos em 31.12.2014	177.512	196.627

c) Expectativa de realização e exigibilidade

	Controladora		Consolidado	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
2015	36.287	27.579	39.324	28.465
2016	30.162	39.484	33.060	45.519
2017	28.917	19.771	31.844	21.930
2018	93.758	54.951	94.742	55.314
2019	16.360	22.850	17.333	22.850
2020 a 2022	23.184	79.445	26.061	83.189
2023 a 2025	7.775	81.266	10.652	86.882
2026 em diante	32.539	121.148	36.250	141.744
	268.982	446.494	289.266	485.893

25 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 5.000.000, por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária. Conforme o regulamento de listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, a Companhia não poderá emitir ações preferenciais ou partes beneficiárias.

A Companhia não possui ações em tesouraria e não efetuou transação envolvendo compra e venda de ações de sua emissão nos exercícios de 2014 e 2013.

b) Capital social subscrito e integralizado

O capital social da Companhia, em 31.12.2014 e 31.12.2013, é de R\$ 2.445.766, totalmente subscrito e integralizado, representado por 652.742.192 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O valor patrimonial da ação em reais, em 31.12.2014, é de R\$ 8,66 (R\$ 8,21 por ação em 31.12.2013).

b.1) Quadro societário da Companhia em 31.12.2014 e 31.12.2013

Acionistas	Participação no Capital
GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda. (GSELA)	68,71%
Banco Clássico S.A.	10,00%
Demais acionistas	21,29%
	100,00%

Em 31.12.2014 e 31.12.2013, a quantidade de ações da Companhia em poder de seus administradores era de 381.132 e 309.632 ações, respectivamente.

c) Reserva de Capital

Refere-se, substancialmente, à remuneração do capital próprio aplicado em imobilizações em curso, calculada à taxa de 10% a.a. durante os anos de 1986 a 1998, conforme legislação específica do setor elétrico. Esta reserva poderá ser utilizada para absorção de prejuízos que ultrapassem as reservas de lucros, e para incorporação ao capital social.

d) Reservas de lucros

d.1) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

d.2) Reservas de incentivos fiscais

A reserva é constituída mediante destinação da parcela do resultado do exercício equivalente ao benefício fiscal concedido pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Esse benefício corresponde à redução de 75% no imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração das atividades desenvolvidas pela Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra.

d.3) Reserva de retenção de lucros

A reserva é constituída, com base em orçamento de capital, com a finalidade de financiar a implantação de novas usinas, a manutenção do parque produtivo e a possível aquisição de participação em outras sociedades.

Em 31.12.2014, a Administração da Companhia está propondo a destinação do valor de R\$ 634.253 dos lucros acumulados em 2014 para reserva de retenção de lucros. Estes recursos serão destinados a investimentos na Usina Termelétrica Pampa Sul, no parque eólico Santa Mônica, no Complexo Eólico Campo Largo e na manutenção do parque produtivo da Companhia.

e) Ajustes de avaliação patrimonial

e.1) Custo atribuído

Conforme previsto nas normas contábeis, a Companhia reconheceu o ajuste do valor justo do ativo imobilizado na data da adoção inicial dos CPC, em 01.01.2009. A contrapartida do referido ajuste, líquido do imposto de renda e da contribuição social diferidos, foi registrada na rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial”, no patrimônio líquido. A realização desta reserva é registrada em contrapartida da conta “Lucros acumulados”, na medida em que a depreciação ou baixa do ajuste a valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado da Companhia.

e.2) Outros resultados abrangentes

A conta registra as seguintes variações dos valores justos, líquidos do imposto de renda e contribuição social diferidos: (i) obrigações com os benefícios de aposentadoria dos planos de benefícios definidos patrocinados pela Companhia; e (ii) *hedges* de fluxo de caixa sobre compromissos futuros em moeda estrangeira firmados pela Companhia.

f) Participação de acionista não controlador

Refere-se à participação acionária de 5% de terceiros no capital social da controlada indireta Ibitiúva Bioenergética.

26 – DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

a) Cálculo

	31.12.2014	31.12.2013
Base de cálculo dos dividendos ajustada		
Lucro líquido do exercício	1.382.368	1.436.112
Reserva de incentivos fiscais	(11.679)	(17.196)
Realização do custo atribuído do imobilizado em lucros acumulados	38.756	55.240
Lucro líquido do exercício ajustado para fins de dividendos	1.409.445	1.474.156
Dividendos / juros sobre o capital próprio propostos		
Dividendos intercalares relativos ao primeiro semestre	380.114	767.568
Juros sobre o capital próprio, líquidos do imposto de renda retido	190.357	209.236
Dividendos adicionais propostos	172.081	461.788
Subtotal	742.552	1.438.592
Imposto de renda retido sobre os juros sobre o capital próprio	32.643	35.564
Total dos dividendos e juros sobre capital próprio anuais	775.195	1.474.156
Percentual do lucro líquido ajustado	55%	100%
Dividendos e juros sobre o capital próprio por ação ordinária (em reais)	1,1875973571	2,2584046518

b) Política de dividendos

A política de dividendos da Tractebel Energia prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 30% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei 6.404/76, bem como estabelece a intenção de pagar em cada ano-calendário, dividendos e/ou juros sobre o capital próprio em valor não inferior a 55% do lucro líquido ajustado, em distribuições semestrais.

c) Distribuições realizadas e proposta relativa ao lucro líquido do exercício de 2014

c.1) Dividendos intercalares relativos ao primeiro semestre

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 25.07.2014, aprovou a distribuição de dividendos intercalares, com base nas demonstrações financeiras levantadas em 30.06.2014, no valor de R\$ 380.114, correspondente a R\$ 0,5823340186 por ação. O início dos pagamentos dos referidos dividendos ocorreu em 26.11.2014.

c.2) Créditos de juros sobre o capital próprio

Em 24.10.2014, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre o capital próprio relativo ao período de 01.01.2014 a 31.12.2014, no valor bruto de R\$ 223.000, correspondente a R\$ 0,3416356453 por ação.

O crédito dos juros sobre o capital próprio da Companhia foi registrado contabilmente na data de 31.12.2014, com base na posição acionária do dia 25.11.2014. As ações da Companhia foram negociadas ex-juros sobre o capital próprio a partir de 26.11.2014.

Os juros, líquidos do imposto de renda na fonte, foram imputados aos dividendos obrigatórios e serão pagos em data a ser posteriormente definida pela Diretoria Executiva.

c.3) Dividendos adicionais propostos

A Companhia está encaminhando para aprovação do Conselho de Administração, na reunião de 30.03.2015, a proposta de pagamento de dividendos adicionais sobre o lucro líquido do exercício de 2014, no valor de R\$ 172.081 (R\$ 0,2636276932 por ação).

O valor dos dividendos acima do mínimo obrigatório estabelecido em lei ou outro instrumento legal, não aprovado em Assembleia Geral ou pelo órgão competente, é apresentado e destacado no patrimônio líquido. Esses dividendos excedem o mínimo obrigatório e, portanto, estarão apresentados na conta do patrimônio líquido, denominada "Dividendos adicionais propostos", até a sua aprovação pela AGO.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício findo em 31.12.2014 deverá ser ratificada pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

27 – CONCILIAÇÃO DA RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

Em atendimento às exigências do CPC 30 - Receitas, a tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita líquida de vendas:

	Controlada		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
Distribuidoras de energia elétrica	2.290.543	1.915.763	3.347.103	3.096.458
Comercializadoras de energia elétrica	1.518.323	1.153.243	266.273	280.402
Consumidores livres	244.921	211.983	2.499.984	2.149.963
Transações no mercado de curto prazo	765.078	538.999	961.643	624.690
Outras receitas	62.685	61.745	47.720	50.517
	4.881.550	3.881.733	7.122.723	6.202.030
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL				
Pis e Cofins	(398.530)	(322.770)	(593.352)	(529.818)
ICMS	(21.388)	(19.216)	(21.388)	(64.546)
ISS	(1.390)	(1.424)	(1.390)	(1.424)
Pesquisa e desenvolvimento	(30.874)	(32.129)	(34.097)	(37.584)
	(452.182)	(375.539)	(650.227)	(633.372)
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	4.429.368	3.506.194	6.472.496	5.568.658

Em 31.12.2014, os clientes que participavam com percentual superior a 5% da receita líquida consolidada da Companhia eram os seguintes: Celesc, CPFL Energia e Cemig Distribuidora.

28 – DETALHAMENTO DOS GASTOS OPERACIONAIS POR NATUREZA

a) Custos de produção de energia elétrica e dos serviços prestados:

	Controladora				Consolidado			
	Energia vendida		Serviços prestados		Energia vendida		Serviços prestados	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Pessoal	178.997	162.528	19.150	19.805	183.241	166.491	19.150	19.805
Combustível	185.485	52.942	-	-	204.186	70.058	-	-
Royalties	144.591	119.729	-	-	170.504	148.139	-	-
Serviço de terceiro	107.360	89.063	3.899	4.096	142.282	121.627	3.899	4.096
Material	28.056	27.638	1.127	1.002	32.460	32.329	1.127	1.002
Depreciação e amortização	375.573	355.073	-	-	584.157	574.487	-	-
Reversão de passivos, líquida	(68.975)	(1.940)	-	-	(68.808)	(183)	-	-
Outros	42.428	42.141	1.181	1.314	53.395	51.658	1.181	1.314
	993.515	847.174	25.357	26.217	1.301.417	1.164.606	25.357	26.217

Os custos com pessoal incluem, além dos salários e encargos sociais, os benefícios de auxílio à recuperação da saúde, seguro de vida em grupo, auxílio creche às empregadas, vale alimentação e transporte, previdência privada, cursos e treinamentos, entre outros.

Pagamento baseado em ações

A Tractebel Energia não tem nenhum programa específico de pagamento baseado em suas ações. Entretanto, a sua controladora indireta GDF SUEZ, sediada na França, mantém os seguintes programas de ações para determinados executivos e empregados: (i) opção de compra de ações na Bolsa de Valores de Paris (França), estabelecido com base nas principais responsabilidades desenvolvidas pelos beneficiários; e (ii) prêmio em ações por desempenho ou bonificação. Adicionalmente há o programa de cessão de ações gratuitas que abrange todos os empregados.

Os programas de opções de compras de ações e de prêmio em ações por desempenho tem vigência de quatro ou cinco anos e seus valores estão vinculados ao atingimento de determinados índices financeiros da GDF SUEZ. Por conta da conjuntura econômica mundial, tem-se verificado ao longo dos anos uma redução nos valores de mercado dessas opções de compra e das ações por desempenho, o que possivelmente influenciará o exercício das opções e a obtenção do benefício das ações por desempenho nos seus vencimentos.

Os custos envolvidos nesses programas são irrelevantes e integralmente pagos pela GDF SUEZ, não cabendo à Tractebel Energia nenhum desembolso relativo aos mesmos.

b) Despesas com vendas, gerais e administrativas:

	Controladora				Consolidado			
	Com vendas		Gerais e administrativas		Com vendas		Gerais e administrativas	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Pessoal	6.352	5.646	73.556	67.822	6.352	5.646	74.940	69.313
Administradores	-	-	20.677	17.925	-	-	22.218	19.942
Serviço de terceiro	291	704	39.498	40.528	4.504	6.486	41.657	43.167
Material	16	21	1.365	2.159	16	21	1.376	2.173
Depreciação e amortização	-	-	7.944	7.973	-	-	7.968	7.999
Aluguéis	191	217	5.945	4.902	191	217	6.889	5.694
Fundos de pensão	-	-	4.557	3.062	-	-	4.557	3.062
Contribuições e doações	3.202	4.023	5.580	4.429	5.210	6.153	12.121	5.856
Reversão de provisões operacionais	-	-	(7.091)	(1.619)	-	-	(7.240)	(600)
Outros	309	-	13.994	19.792	939	114	15.854	21.260
	10.361	10.611	166.025	166.973	17.212	18.637	180.340	177.866

29 – RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	61.524	46.762	95.286	74.558
Variação monetária sobre depósitos judiciais	11.134	9.188	11.276	9.323
Ganho financeiro em ação judicial	11.169	29.256	11.169	29.256
Ganho financeiro na liquidação antecipada de dívida	-	49.126	-	49.126
Reversão de encargos sobre passivos prescritos ¹⁹	61.408	-	61.408	-
Outras receitas financeiras	16.910	12.037	27.271	20.396
	162.145	146.369	206.410	182.659
Despesas financeiras				
Juros e variação monetária				
Empréstimos e financiamentos	54.473	43.572	198.570	207.990
Operações de <i>hedge</i> de valor justo	41.012	5.855	41.012	5.855
Debêntures	11.404	30.294	11.404	30.294
Concessões a pagar	218.407	147.307	225.497	217.621
Obrigações com benefícios de aposentadoria	27.953	20.647	27.953	20.647
Provisões	21.452	22.981	21.815	23.386
Variação cambial				
Empréstimos	80.251	42.510	80.251	42.510
Operações de <i>hedge</i> de valor justo	(83.726)	(3.541)	(83.726)	(3.541)
Outras despesas financeiras	22.538	18.853	29.933	23.418
	393.764	328.478	552.709	568.180
Despesas financeiras, líquidas	231.619	182.109	346.299	385.521

¹⁹ Reversão de encargos sobre passivos prescritos relacionados com compra de energia e encargos de transmissão

30 – CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

	Controladora			
	31.12.2014		31.12.2013	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos tributos	1.835.326	1.835.326	1.936.997	1.936.997
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Despesa às alíquotas nominais	(458.832)	(165.179)	(484.249)	(174.330)
Diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	74.496	26.818	41.716	15.018
Incentivos fiscais	13.641	-	19.200	-
Juros sobre o capital próprio	45.038	16.526	61.200	22.032
Outros	(4.513)	(953)	(1.445)	(27)
	(330.170)	(122.788)	(363.578)	(137.307)
Composição dos tributos no resultado:				
Corrente	(284.717)	(108.010)	(410.315)	(155.442)
Diferido	(45.453)	(14.778)	46.737	18.135
	(330.170)	(122.788)	(363.578)	(137.307)
Alíquota efetiva	18,0%	6,7%	18,8%	7,1%

	Consolidado			
	31.12.2014		31.12.2013	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos tributos	1.956.649	1.956.649	2.001.709	2.001.709
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Despesa às alíquotas nominais	(489.162)	(176.098)	(500.427)	(180.154)
Diferenças permanentes:				
Incentivos fiscais	13.641	-	21.577	-
Juros sobre o capital próprio	45.230	16.603	61.200	22.032
Outros	11.868	4.374	7.982	2.828
	(418.423)	(155.121)	(409.668)	(155.294)
Composição dos tributos no resultado:				
Corrente	(369.541)	(139.145)	(440.915)	(167.852)
Diferido	(48.882)	(15.976)	31.247	12.558
	(418.423)	(155.121)	(409.668)	(155.294)
Alíquota efetiva	21,4%	7,9%	20,5%	7,8%

31 – GERENCIAMENTO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação e monitoramento de riscos dos seus negócios, mantém o Comitê de Gerenciamento de Riscos, a quem cabe: (i) promover internamente a conscientização para o tratamento do risco; (ii) definir metas e diretrizes para o seu gerenciamento; (iii) promover e sugerir melhorias nos processos de sua avaliação; e (iv) classificar e definir os procedimentos de seu controle.

Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco a seguir descritos.

a) Risco de mercado

O objetivo da utilização de instrumentos financeiros pela Companhia e suas controladas é o de proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

Estes riscos são monitorados pelo Comitê Financeiro, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégias operacionais, sistema de controle e limites de posição e de crédito com os demais parceiros do mercado. A Companhia não pratica operações financeiras de caráter especulativo com derivativos ou relacionado a quaisquer outros instrumentos de risco.

Não houve qualquer mudança na exposição da Companhia aos riscos de mercado ou na administração e mensuração desses riscos no ano de 2014.

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta são os seguintes:

a.1) Risco relacionado às dívidas com taxa de juros e índices flutuantes

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia e suas controladas estão expostas à taxa de juros e índices flutuantes relacionados às variações da TJLP, taxa DI, IGP-M e IPCA.

No que diz respeito ao risco de taxas de juros flutuantes, a maior parte das dívidas da Companhia está vinculada à TJLP, e essa taxa, apesar de ser considerada uma taxa “flutuante”, vem sendo mantida há vários anos no patamar entre 5% e 6% a.a..

Quanto ao risco de aceleração inflacionária, a totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de IGP-M ou IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo para as dívidas e obrigações indexadas a índices de inflação e/ou atreladas à aceleração inflacionária, caso das dívidas vinculadas ao CDI.

a.2) Risco relacionado aos passivos denominados em moeda estrangeira

O risco cambial está associado à possibilidade de variação nas taxas de câmbio, o que afeta o resultado financeiro. A política de proteção de risco cambial da Companhia busca atingir um baixo nível de exposição cambial em seus passivos e compromissos designados em moeda estrangeira, os quais são permanentemente monitorados pelo Comitê Financeiro da Companhia.

Os níveis de exposição cambial da Companhia têm se mantido bastante baixos em relação ao seu endividamento total. Em 31.12.2014, a Companhia não mantinha nenhuma dívida em moeda estrangeira cuja variação cambial não estivesse integralmente coberta por operação de *hedge*.

Os ganhos não realizados nas operações de *hedge* são os seguintes.

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Posição ativa				
<i>Hedge</i> de valor justo	65.968	1.115	65.968	1.115
<i>Hedge</i> de fluxo de caixa	-	-	27.771	-
	65.968	1.115	93.739	1.115
Posição passiva				
<i>Hedge</i> de valor justo	(1.732)	-	(1.732)	-
Posição líquida	64.236	1.115	92.007	1.115
Classificação no balanço patrimonial				
Ativo circulante	27.538	-	30.144	-
Ativo não circulante	38.430	1.115	63.595	1.115
Passivo circulante²⁰	(1.732)	-	(1.732)	-
	64.236	1.115	92.007	1.115

- Operações de *hedge* de valor justo

Conforme mencionado na Nota 16 – Empréstimos e Financiamentos, a Companhia mantém empréstimos em dólares norte americanos. Para a proteção dos fluxos de pagamentos futuros de principal e juros contra as oscilações do dólar norte americano, inclusive o imposto de renda incidente sobre os mesmos, a Companhia contratou operações de *swap* com as subsidiárias brasileiras das instituições financeiras concedentes dos empréstimos.

Em função das características dos referidos instrumentos financeiros, a Companhia aplicou as regras de contabilidade de *hedge* de valor justo para o seu registro contábil. Desta forma, tanto o os empréstimos objeto do *hedge* quanto o instrumento de *hedge* (*swap*) são mensurados pelo valor justo em contrapartida do resultado, protegendo integralmente a Companhia dos efeitos financeiros, bem como dos impactos da variação cambial em seus resultados.

Em 31.12.2014, os valores dos empréstimos e dos *swaps* avaliados ao custo amortizado (“na curva”) e ao valor justo são os seguintes:

²⁰ Apresentado na rubrica “Outros passivos circulantes”

Instrumento financeiro	Valor de referência	Vencimento principal	Pagamento juros	Juros ²¹	Custo Amortizado	Ajuste valor Justo	Saldo Contábil
HSBC USA I <i>Swap</i>	US\$ 90.000 R\$ 207.315	08.2015 08.2015	Trimestrais Trimestrais	1,3882% a.a. 99,9% do CDI	239.464 (210.078)	(1.863) 16	237.601 (210.062)
HSBC USA II <i>Swap</i>	US\$ 100.000 R\$ 230.940	03.2016 03.2016	Trimestrais Trimestrais	1,4294% a.a. 97,0% do CDI	265.842 (232.308)	(2.960) 76	262.882 (232.232)
HSBC USA III <i>Swap</i>	US\$ 80.266 R\$ 200.000	10.2016 10.2016	Trimestrais Trimestrais	1,7871% a.a. 99,0% do CDI	214.028 (204.638)	(2.842) 33	211.186 (204.605)
HSBC USA IV <i>Swap</i>	US\$ 50.000 R\$ 128.320	12.2016 12.2016	Trimestrais Trimestrais	1,8104% a.a. 98,6% do CDI	132.910 (133.361)	(469) -	132.441 (133.361)
Mizuho Bank <i>Swap</i>	US\$ 90.000 R\$ 233.910	12.2016 12.2016	Trimestrais Trimestrais	1,7260% a.a. 96,02% do CDI	239.275 (235.085)	(4.003) 1.011	235.272 (234.074)
Bank of Tokyo <i>Swap</i>	US\$ 50.000 R\$ 130.500	12.2016 12.2016	Trimestrais Trimestrais	114,2857% Libor + 0,5486% a.a. 98,0% do CDI	132.874 (131.281)	(2.423) 18	130.451 (131.263)
Resultado swap					77.642	(13.406)	64.236

Mutação das operações de *hedge* de valor justo

	Controladora e Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total
Ativo / (Passivo) em 01.01.2013	-	-	-
Juros no resultado	(5.855)	-	(5.855)
Variações cambiais	-	3.541	3.541
Ajuste a valor justo	-	(470)	(470)
Transferências	1.956	(1.956)	-
Amortização de juros	3.899	-	3.899
Ativo / (Passivo) em 31.12.2013	-	1.115	1.115
Juros no resultado	(41.012)	-	(41.012)
Variações cambiais	-	83.726	83.726
Ajuste a valor justo	-	(12.936)	(12.936)
Transferências	35.207	(35.207)	-
Amortização de juros	33.343	-	33.343
Ativo / (Passivo) líquido em 31.12.2014	27.538	36.698	64.236

²¹ As taxas de juros incluem o imposto de renda de 15% sobre a remessa ao exterior

- Operações de *hedge* de fluxo de caixa

Em novembro de 2014, a Companhia contratou *Non-Deliverable Forward* (NDF), visando proteger a totalidade dos pagamentos futuros em moeda estrangeira decorrentes dos compromissos estabelecidos nos contratos de construção da usina termelétrica a carvão Pampa Sul e de parques eólicos do complexo Campo Largo. A energia assegurada das usinas foi vendida no leilão promovido pela Aneel em 28.11.2014 ou, no caso de alguns desses parques eólicos, será direcionado ao Ambiente de Contratação Livre.

Os NDF foram contratados com o HSBC e o Santander, nas proporções de 87,6% e 12,4%, respectivamente, e tem seus vencimentos entre janeiro de 2015 e julho de 2018.

Em 31.12.2014, o ajuste a valor justo das NDF resultou uma posição ativa de R\$ 27.771. A contrapartida deste montante está reconhecida diretamente no patrimônio líquido na rubrica “Outros resultados abrangentes” e na “Demonstração dos resultados abrangentes”, líquido dos efeitos de imposto de renda e contribuição social diferidos, totalizando R\$ 18.329.

a.3) Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de taxas de juros e índices flutuantes e de variação de cotação de moeda estrangeira

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08 e para fins de referência, está sendo apresentada a seguir uma análise de sensibilidade dos empréstimos, financiamentos, debêntures e concessões a pagar expostos a riscos da variação de taxas de juros, índices flutuantes e de variação de cotação de moedas estrangeiras.

O cenário-base provável para o ano de 2015 foi definido através das seguintes premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

	Variação 2014	Cenário	Sensibilidade		
		Provável			
		2015	Provável	Δ + 25% (*)	Δ + 50% (*)
Variação das taxas de juros e índices:					
- TJLP	5,0%	6,0%	+ 1,0 p.p.	1,5 p.p.	3,0 p.p.
- CDI	11,6%	12,5%	+ 0,9 p.p.	3,4 p.p.	6,8 p.p.
- IPCA	6,4%	6,5%	+ 0,1 p.p.	1,7 p.p.	3,3 p.p.
- IGP-M	3,7%	5,7%	+ 2,0 p.p.	1,4 p.p.	2,9 p.p.

(*) Variações sobre o cenário provável de 2015.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices observados em 2014 e os previstos no cenário provável de 2015. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base na variação de 25% e 50% sobre o cenário provável de 2015. Os efeitos adicionais que poderão ser causados no resultado financeiro consolidado da Companhia, caso tais cenários se materializem, são os seguintes.

	Saldos em	Efeitos 2015 - Sensibilidade		
	31.12.2014	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Empréstimos e financiamentos				
- TJLP	2.469.100	(22.460)	(34.263)	(69.564)
- CDI (Empréstimos com <i>swap</i> para o CDI)	1.145.597	(8.486)	(30.217)	(60.627)
- IPCA	160.710	(196)	(2.661)	(5.320)
		(19.912)	(64.857)	(130.873)
Debêntures				
- IPCA	163.326	(211)	(2.869)	(5.738)
Concessões a pagar				
- IGP-M	1.257.395	(26.721)	(18.719)	(37.439)
- IPCA	508.377	(905)	(8.119)	(16.239)
		(27.626)	(26.838)	(53.678)
Total		(47.749)	(94.564)	(190.289)

b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos, financiamentos e debêntures, deduzidos do caixa, do equivalente de caixa e dos depósitos em garantia vinculados às dívidas) e pelo patrimônio líquido, que inclui o capital social, as reservas e os lucros acumulados incorporados às reservas de lucros.

A Tractebel Energia e suas controladas detêm dívidas que estipulam limites máximos de endividamento bruto, calculado com base no EBITDA, sendo a mais restritiva atualmente a que limita em 3,5 vezes o EBITDA. A Administração da Companhia, através da Diretoria Financeira e de Relações com Investidores, acompanha permanentemente o nível de endividamento da Companhia, o qual deve se situar em torno de 2 vezes o EBITDA, podendo, porém, variar para mais ou para menos dada a política de aquisição e construção de novas usinas pela Companhia.

c) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia, as aplicações financeiras e as operações de *hedge*. O histórico de perdas na Companhia em decorrência de dificuldade apresentada por bancos e clientes em honrar os seus compromissos é praticamente nulo. A Companhia é avalista em contratos de financiamento de suas controladas com o objetivo de assegurar o cumprimento dos compromissos assumidos.

c.1) Riscos relacionados à venda de energia

Nos contratos de longo prazo firmados com distribuidoras, inclusive os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), a Companhia minimiza o seu risco de crédito através da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.

Como forma de minimizar o risco de crédito nos contratos de venda de energia elétrica para consumidores livres, comercializadoras e geradoras, a Companhia exige em garantia padrão a fiança bancária e o CDB caucionado. Para aquelas contrapartes que queiram apresentar outra modalidade de garantia, a Companhia, através de sua área de crédito, realiza uma análise e estabelece, de acordo com sua Política de Crédito, as garantias que deverão ser exigidas dessas contrapartes.

Os créditos de todos os clientes são revisados anualmente e a sua exposição aos diversos setores da economia é avaliada periodicamente, de modo a manter a diversificação de sua carteira e a diminuir a exposição ao risco específico setorial.

c.2) Riscos relacionados às aplicações financeiras

As aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas obedecem à alocação de no mínimo 90% dos recursos em Títulos Públicos Federais - na modalidade de compra final e/ou operações compromissadas - e no máximo 10% dos recursos em Títulos Privados - aquisições de CDBs de bancos elegíveis e ainda operações compromissadas com lastro em debêntures emitidas por empresas de *leasing* controladas por bancos elegíveis.

A Companhia utiliza a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de recebimento dos recursos. Os mesmos devem atender aos dois seguintes parâmetros: (i) Patrimônio Líquido de no mínimo R\$ 1 bilhão; e (ii) *rating* no mínimo equivalente a AA- (S&P e Fitch) ou Aa3 (Moody's), em escala nacional.

Os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2014, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do governo brasileiro, todos com liquidez diária e pós-fixados, atrelados à variação da Selic.

De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos em decorrência de uma eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

c.3) Riscos relacionados às operações de *hedge*

A "Política de Investimentos e Derivativos" impõe fortes restrições à realização de operações com derivativos e determina o monitoramento contínuo das exposições no caso de contratação de operação desse tipo.

Conforme anteriormente mencionado, as únicas operações de *hedge* contratadas pela companhia foram (i) os swaps para proteção integral dos pagamentos do principal e juros dos empréstimos contratados em dólares norte americanos e (ii) os *Non-Deliverable Forward* (NDF) para proteger a totalidade dos fluxos de pagamentos dos compromissos futuros em moeda estrangeira estabelecidos nos contratos de compra de equipamentos e serviços vinculados à construção de usinas.

d) Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez da Companhia é de responsabilidade do Comitê Financeiro, que gerencia as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazo, através do monitoramento permanente dos fluxos de caixa previstos e realizados.

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente nas reuniões do Comitê Financeiro. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

O caráter gerador de caixa da Companhia e a pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, garantem à companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo seu risco de liquidez.

O demonstrativo a seguir apresenta o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2014. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e de pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para as dívidas com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Consolidado				
	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	507.086	-	-	-	507.086
Taxas de juros pós-fixadas:					
Empréstimos e financiamentos ²²	425.565	1.274.800	258.039	304.690	2.263.094
Debêntures	10.338	20.760	20.760	206.947	258.805
Taxas de juros pré-fixadas:					
Empréstimos e financiamentos	1.902	4.963	4.781	7.530	19.176
Concessões a pagar	53.083	107.065	111.388	4.690.498	4.962.034
	997.974	1.407.588	394.968	5.209.665	8.010.195

²² Com os efeitos do *hedge*

	Consolidado				
	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	641.702	-	-	-	641.702
Taxas de juros pós-fixadas:					
Empréstimos e financiamentos ²³	709.340	1.813.390	749.175	1.928.761	5.200.666
Debêntures	10.338	20.760	20.760	206.947	258.805
Taxas de juros pré-fixadas:					
Empréstimos e financiamentos	11.803	22.480	13.643	7.882	55.808
Concessões a pagar	57.969	116.869	121.192	4.779.150	5.075.180
	1.431.152	1.973.499	904.770	6.922.740	11.232.161

e) Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Ativos financeiros				
Mensurados ao valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	1.285.782	948.530	1.590.721	1.216.831
Depósitos vinculados	95.463	37.094	260.273	134.690
Recebíveis e empréstimos				
Caixa e depósitos bancários à vista	1.682	940	14.010	7.445
Contas a receber de clientes	462.538	403.654	716.463	744.758
Dividendos a receber de controladas	239.115	141.342	-	-
Combustível a reembolsar	343.221	139.601	343.221	139.601
Indenização de seguro a receber	216.426	-	216.426	-
Valores a receber pela alienação de ativo	-	86.886	-	86.886
Operações de hedge				
Hedge de valor justo	65.968	1.115	65.968	1.115
Hedge de fluxo de caixa	-	-	27.771	-
	2.710.195	1.759.162	3.234.853	2.331.326
Passivos financeiros				
Passivos financeiros avaliados ao custo amortizado				
Fornecedores	507.086	281.711	641.702	510.346
Empréstimos e financiamentos	732.665	1.062.213	2.679.573	3.111.809
Debêntures	163.326	174.072	163.326	174.072
Concessões a pagar	1.720.105	1.551.828	1.765.772	1.595.169
Obrigações vinculadas à aquisição de investimentos ²⁴	-	-	84.543	16.419
Mensurados ao valor justo				
Empréstimos e financiamentos	1.209.833	210.679	1.209.833	210.679
Operações de hedge				
Hedge de valor justo	1.732	-	1.732	-
	4.334.747	3.280.503	6.546.481	5.618.494

²³ Com os efeitos do *hedge*

²⁴ Apresentado nas rubricas “Outros passivos circulantes” e “Outros passivos não circulantes”

Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado estão avaliados pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

f) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Nas operações envolvendo instrumentos financeiros, somente foram identificadas diferenças, entre os valores apresentados no balanço patrimonial e os respectivos valores de mercado, nos empréstimos e financiamentos, debêntures e concessões a pagar. Essas diferenças ocorrem principalmente em virtude desses instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares. Na determinação dos valores de mercado, foram utilizados os fluxos de caixa futuros descontados a taxas julgadas adequadas para operações semelhantes.

	Controladora			
	31.12.2014		31.12.2013	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Empréstimos e financiamentos				
- Em moeda nacional	732.665	733.092	932.786	923.807
- Em moeda estrangeira, líquidos de <i>hedge</i>	1.145.597	1.145.597	338.991	335.084
Debêntures	163.326	165.882	174.072	175.472
Concessões a pagar	1.720.105	2.174.312	1.551.828	1.941.075
	3.761.693	4.218.883	2.997.677	3.375.438
	Consolidado			
	31.12.2014		31.12.2013	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Empréstimos e financiamentos				
- Em moeda nacional	2.679.573	2.680.001	2.982.382	2.976.705
- Em moeda estrangeira, líquidos de <i>hedge</i>	1.145.597	1.145.597	338.991	335.084
Debêntures	163.326	165.882	174.072	175.472
Concessões a pagar	1.765.772	2.231.006	1.595.169	1.994.190
	5.754.268	6.222.486	5.090.614	5.481.451

32 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Valores reconhecidos em contas patrimoniais

	ATIVO			PASSIVO	
	Contas a receber			Fornecedor	JCP ²⁵
	Energia	Serviços	Dividendos	Energia	dividendos
31.12.2014					
TBLC	126.078	-	201.772	-	-
CEE	32.322	-	26.842	-	-
Lages	1.526	146	10.000	-	-
Itasa	-	1.571	501	7.480	-
Ceste	-	1.491	-	-	-
GSELA	-	419	-	-	899.923
Outras	-	371	-	-	-
	159.926	3.998	239.115	7.480	899.923
31.12.2013	92.029	4.042	141.342	4.947	168.207

b) Valores reconhecidos em contas de resultado

	Receita			Custo	Despesa	Receitas financeiras
	Suprimento de energia	Serviços de O&M	Serviços de administração	Compra de energia	Serviços de terceiros	
31.12.2014						
TBLC	1.296.631	-	451	-	-	-
CEE	-	-	-	-	-	4.644
Lages	7.972	2.098	225	-	-	-
Itasa	-	15.914	-	83.810	-	-
Ceste	-	17.561	-	-	-	-
Degremont	-	-	-	-	1.994	-
Leme	-	-	-	-	1.241	-
Controladas TBLP	-	-	1.064	-	-	-
Outras	-	-	-	-	10	-
	1.304.603	35.573	1.740	83.810	3.245	4.644
31.12.2013	941.511	34.993	2.233	89.778	1.261	6.465

As transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia compreendem basicamente: (i) compra e venda de energia; (ii) serviços de operação e manutenção de usinas; (iii) prestação de serviços administrativos; e (iv) garantias concedidas a terceiros. Os detalhes das transações mais relevantes estão a seguir demonstrados:

²⁵ Juros sobre o capital próprio

c) Compromissos futuros

Os principais compromissos contratados com partes relacionadas, cujos registros no resultado ocorrerão em suas competências futuras, ao longo do prazo dos contratos, são os seguintes:

c.1) Compra e venda de energia

Contratos	MW médios	Vencimento	Índice de atualização anual	Data base de reajuste	Compromisso Futuro Base 31.12.2014
Compra TBLE da Itasa	167	2030	IGP-M	Janeiro	810.034
Compra TBLE da Itasa	61	2030	Variação do dólar + Inflação dos EUA	Outubro	581.704
Venda TBLE p/ TBLC	322	2015/2016	IPCA	Março	390.437
Venda TBLE p/ Lages	16	2017	IGP-M	Abril	105.853
Venda TBLC p/ CEE	9	2041	IPCA	Outubro	371.790
Venda Projeto Trairí p/ TBLC	64	2032	IPCA	Dezembro	1.734.582

De acordo com a política comercial da Companhia, as vendas para consumidores livres são realizadas, principalmente, através da controlada TBLC que, para atender aos seus compromissos contratuais, compra energia da Tractebel Energia.

A energia gerada pelos projetos eólicos Trairí está sendo comercializada no Ambiente de Contratação Livre, através da controlada TBLC.

c.2) Operação e manutenção

Parte relacionada	Vigência	Índice de atualização anual	Compromisso futuro Base 31.12.2014
Itasa	16.10.2030	IGP-M	222.617
Ceste	01.05.2025	INPC (80%) e IPCA (20%)	190.827
Lages	31.03.2015	Reajuste salarial	507

A Companhia tem a estratégia de concentrar na Tractebel Energia as atividades de operação e manutenção das usinas de suas controladas, sempre que as mesmas não tiverem esses serviços contratados de terceiros. Os preços praticados têm como base os custos do pessoal da Tractebel Energia envolvido diretamente no desempenho dessas atividades.

c.3) Serviços administrativos

Os serviços necessários às atividades administrativas das controladas diretas e indiretas são prestados pela Tractebel Energia. O prazo dos contratos é de 4 anos e os valores contratados são definidos com base no faturamento das controladas e reajustados anualmente pelo INPC. O valor anual contratado com suas controladas é de R\$ 2.519.

d) Garantias

A Companhia é interveniente de contratos de financiamentos firmados por suas controladas diretas e indiretas com o BNDES, Bancos (Repasse BNDES) e outros agentes financeiros. As principais garantias são as demonstradas a seguir:

Banco	Tipo de garantia	Valor da dívida em 31.12.2014
BNDES e Bancos (Repasse BNDES)	Caução da totalidade das ações de emissão das seguintes empresas: CEE, Beberibe, Pedra do Sal, Areia Branca, Ibitiúva, Ferrari, Trairí, Guajiru, Fleixeiras I e Mundaú.	1.921.723
Banco do Brasil	Caução da totalidade das ações de emissão da controlada indireta Hidropower	11.313

e) Avais e fianças

A Companhia é avalista e fiadora de operações de compra de energia de determinadas controladas, cujo valor total em 31.12.2014 é de R\$ 292.433. Os vencimentos das garantias estão programados da seguinte forma: R\$ 80.676 em 2015, R\$ 18.834 em 2016, R\$ 850 em 2017, R\$ 17.084 em 2022, R\$ 51.796 em 2023 e R\$ 32.210 por prazo indeterminado.

f) Mútuo entre Ibitiúva e Andrade Açúcar e Alcool (Andrade)

A controlada indireta Ibitiúva possui um contrato de mútuo com a Andrade - sua parte relacionada no Consórcio Andrade. O mútuo é atualizado pela variação do IPCA e o contrato vence em 2025. O saldo remanescente em 31.12.2014 é de R\$ 15.972 (R\$ 16.253 em 31.12.2013).

g) Remuneração das pessoas chaves da administração

A remuneração, os encargos e os benefícios relacionados às pessoas chaves da administração estão apresentados a seguir. O único benefício de longo prazo concedido pela Companhia é o de aposentadoria. Os administradores não possuem remuneração baseada em ações da Tractebel Energia.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Honorários e benefícios de curto prazo	10.114	9.383	10.972	10.539
Bônus dos administradores	5.923	4.202	6.327	4.852
Encargos sociais	4.205	3.519	4.419	3.715
Benefícios pós-emprego	435	821	500	836
	20.677	17.925	22.218	19.942

33 – SEGUROS

a) Riscos operacionais e lucros cessantes

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios - *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) - do programa de seguros de sua controladora GDF SUEZ. A vigência do seguro vai até 31.05.2015 e o valor da cobertura é de R\$ 11.847.174, na controladora, e de R\$ 15.287.368, no consolidado, conforme a seguir demonstrado.

Tipo de usina	Controladora		Consolidado	
	Danos materiais	Lucro cessante	Danos materiais	Lucro cessante
Usinas hidrelétricas	6.425.760	404.844	8.258.486	445.297
Usinas termelétricas	2.438.607	2.577.963	2.438.607	2.577.963
Usinas complementares (eólicas, biomassa e PCH)	-	-	1.124.135	442.880
	8.864.367	2.982.807	11.821.228	3.466.140

O limite máximo combinado para indenização de danos materiais e lucros cessantes é de R\$ 1.455.155, por evento.

b) Riscos de engenharia

O projeto de ampliação da Ferrari Termoeletrica S.A. possui seguro de risco de engenharia e de responsabilidade civil com cobertura de R\$ 81.825 e de R\$ 20.000, respectivamente, para todo o período da obra.

Já a Usina Solar Fotovoltaica Cidade Azul possui seguro de risco de engenharia para usina e a subestação com coberturas de R\$ 30.963 e R\$ 8.500, respectivamente.

c) Outras coberturas

A Companhia possui ainda seguros para cobertura de riscos em transportes nacionais e internacionais, seguro de responsabilidade de conselheiros, diretores e administradores, extensivos às suas controladas, bem como seguro de vida em grupo para os seus diretores e empregados.

d) Sinistros ocorridos em 2014

Em junho de 2014, a Companhia sofreu sinistros em duas unidades geradoras do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda (CTJL) e em um dos vertedouros da Usina Hidrelétrica Itá. Os danos materiais e os efeitos financeiros decorrentes da interrupção dos negócios estão cobertos pelas apólices de seguro.

A redução da geração decorrente dos sinistros das unidades geradoras do CTJL resultou em impactos negativos na CCEE, no valor total de R\$ 252.425, até 31.12.2014, dos quais R\$ 36.000 foram recebidos no quarto trimestre de 2014 e R\$ 101.117 no primeiro trimestre de 2015. A Companhia espera receber os demais R\$ 115.308 ao longo do ano de 2015. As indenizações decorrentes da interrupção de negócios motivada pelos sinistros cobertos pelo contrato de seguro, confirmados pela seguradora, foram reconhecidas no resultado na medida em que os efeitos na CCEE foram incorridos. O custo da franquia relativa à referida interrupção dos negócios foi R\$ 76.585, montante equivalente aos efeitos financeiros relativos aos primeiros 45 dias de paralização da geração, foi reconhecida como custo operacional da Companhia.

A retomada da operação da última unidade geradora objeto do sinistro ocorreu em meados de fevereiro de 2015. Os efeitos negativos na CCEE resultantes da indisponibilidade no período de 01.01.2015 até o reestabelecimento da operação, foi de R\$ 44.614.

34 – COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui os seguintes compromissos de longo prazo considerados relevantes:

a) Contrato de conexão

A Companhia mantém contrato de conexão com a Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. (Eletrosul) e a Furnas Centrais Elétricas S.A. (Furnas), e as controladas CEE e Trairí com a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte) e Transmissora Delmiro Gouveia (TDG), respectivamente. As vigências dos contratos irão até a data de extinção das concessões e autorizações das unidades geradoras vinculadas aos contratos.

Em 31.12.2014, o valor dos compromissos futuros decorrentes dos contratos de conexão é de R\$ 160.733 (R\$ 156.015 em 31.12.2013).

b) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

Para o uso do sistema de transmissão e da rede básica, a Companhia, e suas controladas CEE, Itasa, Trairí, Guajiru, Fleixeiras e Mundaú mantém contratos com o ONS. Os contratos têm vigência até o término das concessões ou autorizações das usinas da Companhia.

Em 31.12.2014, o valor das obrigações futuras provenientes destes contratos totaliza R\$ 6.094.824 (R\$ 6.076.645 em 31.12.2013).

c) Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD)

Para as usinas que não estão conectadas diretamente à rede básica, são mantidos contratos de uso do sistema de distribuição com as distribuidoras de energia das regiões onde essas usinas estão instaladas. Os contratos normalmente têm vigência até a data da extinção das concessões ou autorizações das usinas da Companhia.

Em 31.12.2014, o valor dos compromissos futuros derivados destes contratos totaliza R\$ 209.496 (R\$ 215.008 em 31.12.2013).

d) Contratos bilaterais de compra e venda de energia elétrica

De acordo com os dados acerca da energia assegurada e dos contratos de compra e venda em vigor, o balanço energético da Companhia mostra que a atual capacidade está com os seguintes níveis de contratação nos próximos seis anos:

	MW médios					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Recursos próprios	3.533	3.524	3.549	3.562	3.943	3.932
Compras para revenda	812	813	425	390	370	200
Disponibilidade total	4.345	4.338	3.974	3.952	4.312	4.132
Disponibilidade contratada	4.245	3.939	3.348	2.935	2.962	2.404
% Contratados	97,7%	90,8%	84,3%	74,3%	68,7%	58,2%

e) Compra de energia elétrica da Argentina

Em maio de 1998, a Tractebel Energia e a Companhia de Interconexão Energética (Cien) firmaram contrato pelo qual a Cien comprometeu-se a fornecer à Tractebel Energia 300 MW de potência firme com energia associada, por um prazo de 20 anos, contados a partir do início da operação comercial do sistema de transmissão entre o Brasil e a Argentina, ocorrido em junho de 2000.

No ano de 2006, constatou-se que a Cien não tinha possibilidade de disponibilizar a quantidade de energia contratada, fato que levou a Aneel a publicar Resolução Normativa, reduzindo para “zero” os valores de garantia física atribuídos à Cien para o atendimento do contrato com a Tractebel Energia. A redução para “zero” valeria até que a Cien comprovasse a existência de disponibilidade, o que não veio a ocorrer.

Diante da necessidade de resolver tal imbróglio, que se arrasta desde longa data, sem perspectiva concreta de solução, a Tractebel Energia, tendo em vista o inadimplemento total da Cien, recorreu ao poder judiciário solicitando principalmente a rescisão do contrato, com o pagamento da devida multa, e o ressarcimento dos prejuízos causados pelo não recebimento da energia contratada.

No presente momento não é praticável se fazer qualquer estimativa quanto ao valor envolvido na referida ação. Todas as medidas necessárias para o cumprimento das operações comerciais da Tractebel Energia, bem como para o restabelecimento do equilíbrio de seu portfólio, foram tomadas previamente ao longo dos últimos anos.

A ação está seguindo em curso normal, tendo a Tractebel Energia se manifestado sobre as considerações apresentadas pela Cien.

f) Compra de gás natural

A Companhia celebrou, no ano de 2001, contrato de aquisição de gás natural com a Companhia de Gás do Mato Grosso do Sul (MSGÁS), pelo prazo de cinco anos, renováveis por igual período, para atendimento do início da operação comercial a gás da Usina Termelétrica William Arjona (UTE William Arjona).

Com o vencimento do prazo do contrato, em 22.05.2006, a Companhia manifestou interesse em renovar o acordo, porém a MSGÁS comunicou que tal renovação dependeria de reajuste no preço do produto, conforme determinação da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), vendedora do gás para a MSGÁS e anuente no contrato.

Em razão do reajuste proposto não estar adequado às condições estabelecidas no contrato e na legislação que criou o programa PPT – Programa Prioritário de Termelétricidade, a Companhia ajuizou uma ação contra a Petrobras e MSGÁS objetivando a continuidade do suprimento de gás. Esta ação foi julgada procedente e condenou a Petrobras e MSGÁS a fornecer gás pelo período adicional previsto no contrato original, ao preço estabelecido no PPT, adicionando-se ao final do prazo contratual prorrogado o período que não houve suprimento. Assim, o contrato prorrogado por decisão judicial teve vigência até o dia 11.09.2014.

g) Contratos de arrendamentos

Os contratos de arrendamento a seguir mencionados foram classificados como operacionais em razão de não haver a possibilidade da transferência da propriedade do ativo para o arrendatário no final do prazo do contrato e nem a opção de compra do ativo, além de não satisfazer as demais condições necessárias para a classificação como arrendamento mercantil financeiro.

Os projetos eólicos da Companhia possuem contratos de arrendamento de terrenos utilizados na instalação e edificação das torres dos aerogeradores, subestação e instalações de transmissão associadas. Os contratos têm parcelas fixas e/ou variáveis e atualização por índices de inflação ou percentuais sobre a receita operacional bruta das empresas. Os prazos dos contratos normalmente são equivalentes aos das autorizações concedidas pela Aneel para a geração de energia. Os pagamentos mínimos futuros estimados com esses compromissos, na data base 31.12.2014, são de R\$ 162.607.

h) Modernização das Usinas Hidrelétricas Passo Fundo e Salto Santiago

A Companhia mantém contratos vinculados à modernização das usinas hidrelétricas de Passo Fundo e Salto Santiago. Os compromissos futuros, na data base 31.12.2014, são de R\$ 234.163 (R\$ 269.285 em 31.12.2013), dos quais R\$ 8.346 referem-se à Usina Passo Fundo, a ser concluída em 2015, e R\$ 225.817 correspondem à Usina Salto Santiago, a qual se prevê a efetivação até o ano de 2017.

i) Ampliação da Central Geradora Termoelétrica UTE Ferrari

Em fevereiro de 2014, a Companhia iniciou a ampliação da Central Geradora Termelétrica UTE Ferrari. Os compromissos futuros, na data base 31.12.2014, são de R\$ 25.755. O prazo previsto para entrega da obra é agosto de 2015. Em 28.11.2014, a Companhia comercializou 9,8 MW no leilão de energia elétrica promovido pela Aneel, a serem fornecidos a partir de janeiro de 2019.

j) Contratos para construção em andamento

j.1) Complexo Eólico Santa Mônica

Em junho de 2014, a Companhia assinou contrato com os fornecedores para a execução do projeto de engenharia, a construção de sapatas, e o fornecimento, o transporte, a montagem, a instalação e o comissionamento de aerogeradores nas seguintes empresas: (i) Central Eólica Trairi II Ltda; (ii) Central Eólica Cacimbas Ltda; (iii) Usina Geradora Eólica Santa Mônica SPE S.A.; e (iv) Usina Geradora Eólica Santa Mônica SPE II Ltda.

O compromisso futuro assumido pelas empresas do Complexo como contraprestação aos serviços prestados, na data base 31.12.2014, é de R\$ 384.714. O prazo previsto para a entrega da obra é julho de 2016.

j.2) Usina Termelétrica Pampa Sul

A Usina Termelétrica Pampa Sul firmou contratos vinculados à construção de usina a carvão no Estado do Rio Grande do Sul, após a comercialização de 294,5 MW, através de leilão promovido pela Aneel em novembro de 2014, a serem entregues a partir de 1º de janeiro de 2019. Os compromissos futuros referentes a esses contratos, na data base de 31.12.2014, são de R\$ 1.603.939.

j.3) Complexo Campo Largo

O Complexo Eólico Campo Largo (CLWP) assinou contratos relacionados à implantação de onze parques eólicos no Estado da Bahia, dos quais cinco participaram do leilão acima mencionado, tendo sido comercializados 69,2 MW médios a serem entregues a partir de 1º de janeiro de 2019. Os compromissos futuros relativos aos contratos de construção, na data base de 31.12.2014, são de R\$ 1.318.391.

35 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

As principais transações que não envolveram o caixa e equivalentes de caixa foram as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Compensação de imposto de renda e contribuição social	37.081	89.039	50.823	99.237
Fornecedores de imobilizado e intangível	(12.858)	11.835	(34.147)	15.673
Juros capitalizados sobre financiamentos	16.744	160	17.776	20.832
Provisão para desembolsos futuros para aplicação no imobilizado	-	-	21.625	(66.973)
Valores a pagar vinculados à aquisição de investimentos,	-	-	36.068	15.881
Dividendos a receber de controladas	97.773	141.342	-	-
Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio creditados	395.081	706.588	395.081	706.588

36 – EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Dividendos adicionais propostos

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada no dia 30.03.2015, aprovou a proposta de dividendos adicionais propostos sobre o lucro ajustado do exercício findo em 31.12.2014, no montante de R\$ 172.081, ou R\$ 0,2636276932 por ação. Tal proposta deverá ser ratificada pela Assembleia Geral Ordinária, a quem caberá definir as condições de pagamento.

b) Início de pagamento do crédito de juros sobre o capital próprio do exercício de 2013

A Diretoria Executiva da Companhia anunciou em 02.03.2015 que o início do pagamento do crédito de juros sobre o capital próprio, relativo ao exercício social findo em 31.12.2014, ocorreu a partir de 17.03.2015. O montante bruto creditado foi de R\$ 223.000, correspondentes a R\$ 0,3416356453 por ação.